

# Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 23 DE NOVEMBRO DE 1973

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovídio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quíel-se Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares  
REUNIÕES — As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

##### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

##### SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Álvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

##### SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

##### TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Álvaro Dias (M.D.B.)

##### SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovídio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)  
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins  
REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

### TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovídio Franzoni

### SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P. Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

## COMISSÃO DE TURISMO

### TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

### SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### TITULARES

PRESIDENTE — Quíel-se Crisóstomo

VICE-PRESIDENTE — Álvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

### SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima — Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

## COMISSÃO DE POLÍCIA

### TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

### SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.) — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Loris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

### TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

### SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr. — Álvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

### TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

### SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quíel-se Crisóstomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

## COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

### TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

### SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes — Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.



**3.<sup>a</sup> Sessão Legislativa da 7.<sup>a</sup> Legislatura**  
**Ata da 235.<sup>a</sup> Sessão Ordinária**  
**Realizada em 23 de novembro de 1973**  
**(Sexta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Fabiano Braga Côrtes.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Santos Lima, Jorge Sato, Muggiati Filho, Hélio Manfrinato, Alvaro Dias, Antônio Costa, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Domicio Scaramella, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Haroldo Bianchi, Igo Losso, Iris Caldart, Ivo Rocha, João Fadel, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Mauricio Fruet, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Quielise Cristóvão, Rosário Pitelli, Wilson Brandão, Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (34); achando-se ausentes os Srs. Deputados Odilon Reinhardt, David Federmann, Aguinaldo Pereira Lima, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Borsari Neto, Ivo Thomazoni, Lázaro Dumont, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Olavo Ferreira, Paulo Poli e Sebastião Rodrigues Júnior (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETARIO — procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, Ordinária e Extraordinária, que são aprovadas sem observações.

O SR. 1.º SECRETARIO — procede à leitura do seguinte  
**EXPEDIENTE:**

**REQUERIMENTOS:**

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, em Regime de Urgência do Projeto de Resolução 77-73.

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente requer a inscrição em Ata de um voto de profundo pesar pelo passamento do prestante cidadão Mario Burigo, membro de tradicional família paranaense. O extinto soube, através de uma formação das mais elogiáveis, conquistar vasto círculo de relações, repercutindo dolorosamente a notícia do seu falecimento.

Aprovado o requerimento, solicita o Autor seja a decisão da Casa comunicada à família enlutada, com endereço à Rua Alcides Munhoz, número a ser oportunamente declinado.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1973.

(a) Erondy Silvério

**Requerimento**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, regimentalmente, a consagração na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de repúdio a recente declaração do Senador Petrónio Portela, alegando falta de idoneidade aos partidos políticos para a administração de recursos do fundo partidário.

Outrossim, aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao Excmo. Sr. Senador Petrónio Portela.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1973.

(a) Maurício Fruet

**Requerimento**

Senhor Presidente:

Pelo Ofício 500-73, datado do último dia 16 de novembro, o Senhor Prefeito Municipal de Curitiba respondeu apelo deste Deputado, oficialmente encaminhado pela Casa, no sentido de que o Município da Capital, maior centro urbano do Estado, adotasse providências legais para acautelar a segurança da população, na eventualidade de incêndios em prédios de habitação coletiva, atualizando a legislação correspondente.

No seu lacônico ofício, diz o Senhor Prefeito que todas as construções com mais de três pavimentos, e edificação para uso comercial ou industrial, somente recebem alvará autorizatório depois de apresentarem documento provando aprovação de projeto de prevenção de incêndios pelo Corpo de Bombeiros.

Diz, também, que por decisão do Departamento de Urbanismo do Município, em conjunto com o setor técnico do Corpo de Bombeiros, decidiu-se abolir a exigência de escadas de incêndio externas, por serem anti-estéticas e incônuas.

Finalmente, diz o senhor Prefeito de Curitiba ter acolhido com muito interesse a sugestão de exigir heliporto no terraço dos grandes edifícios, determinando ao Instituto de Pesquisa e Planejamento um estudo para verificar a viabilidade de incluir tópicos a respeito no Código de Edificações.

Faça às respostas, parece-nos que o Senhor Prefeito de Curitiba não tomou nos devidos termos, nem nas proporções exatas, a denúncia formulada por esta Casa e o apelo de providências aqui levantado. Dissemos, na oportunidade, que se um grande incêndio acontecer em Curitiba, como ocorreu no Edifício Andraus, em São Paulo, teríamos tragédia muito maior, não só por desaparecimento do Corpo de Bombeiros mas porque inexistem em nossos prédios quaisquer defesas para o escoamento de pessoas. Em consequência daquele pronunciamento, já se deu ao Corpo de Bombeiros uma saída privativa pela Rua Nunes Machado, cruzando a Avenida Sete de Setembro, cujos canteiros centrais foram rebaixados para dar a passagem aos caminhões. O Governador do Estado, também sensível, determinou estudos para urgências a liberação de verbas destinadas a reaparelhar o Corpo de Bombeiros. Mas as providências de maior alcance, e também as menos dispendiosas, deixaram de ser adotadas por quem de direito, exatamente o Senhor Prefeito de Curitiba, que encarcou o pronunciamento desta Casa de forma simplista.

Já se sabia que os projetos são submetidos ao Corpo de Bombeiros, antes da concessão de alvarás para a construção de edifícios. Mas aquela organização limita-se a opinar com base na legislação existente sobre o assunto, principalmente o Código de Edificações. Se nessa legislação não houver previsão de obrigatoriedade de determinadas cautelas, não será o Corpo de Bombeiros, como mero órgão assessor, que poderá inovar exigências.

Quando falamos em heliportos nas grandes edificações, dávamos apenas exemplo de uma das medidas de prevenção possíveis, não uma sugestão isolada. Sabemos, como sabem todos os Senhores Deputados, que nem o Corpo de Bombeiros, nem o Governo do Estado, dispõem de helicópteros para evacuar pessoas em perigo nos casos de catástrofe.

Pedíamos, isto sim, um estudo do assunto, em profundidade e sério, esperando o nascimento de uma legislação municipal atualizada e acauteladora da segurança de centenas de milhares de pessoas que moram ou trabalham em edifícios. Porque a segurança do habitante das grandes edificações verticais é hoje uma preocupação mundial, um desafio à tecnologia e ao urbanismo, e como tal deve ser encarada pelos administradores das grandes cidades.

A revista VEJA em sua edição de 24 de outubro último, descreve na seção "Vida Moderna" um novo equipamento, de idealização japonesa, que está para ser instalado num prédio de quinze andares, em São Paulo. Trata-se de um tubo de plástico não inflamável, de comprimento variável, existindo um em cada andar do prédio, instalado ao lado da janela externa, numa caixa. Em caso de incêndio, o tubo é lançado pela janela chegando ao solo. As pessoas ameaçadas descem por esse tubo, chegando à parte final, que é acolchoada, numa velocidade de 4 metros por segundo. De um décimo andar, dez pessoas podem salvar-se em menos de dois minutos.

Como na menção dos heliportos, esta não é uma sugestão concreta, mas exemplo de que o progresso tecnológico já permite uma prevenção eficaz de incêndios. O Deputado não é um técnico, nem lhe compete ditar normas específicas.

Simplista, diz o Senhor Prefeito que as escadas de incêndio externas foram descartadas como anti-estéticas e ineficientes. Mas não esclarece que outras providências — estas elegantes e seguras — foram determinadas para garantir a segurança do habitante de edifícios.

E não o fez simplesmente porque essas providências não existem. Descartou-se uma solução, mas outras não foram encontradas. E hoje o curitibaense é potencialmente um candidato à morte horrível em caso de incêndio no prédio onde mora ou trabalha.

Por isso, através do presente requerimento, pedimos à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado novo Expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que este renove, junto ao Prefeito de Curitiba, nosso apelo por uma reformulação legislativa de órbita municipal, compatível com a evolução tecnológica e atendendo a urgência que o assunto merece.

Essa nova legislação só será possível após o estudo do assunto por técnicos, e deverá definir quais as medidas de prevenção de incêndio e — principalmente — de evacuação de pessoas que devem ser adotadas obrigatoriamente nos novos edifícios, e nos edifícios já existentes, independentemente dos interesses econômicos das firmas construtoras, que alguns parecem querer preservar como a coisa mais importante. Seria uma atualização do Código de Edificações, em face do avanço tecnológico, tendo como objetivo a segurança popular.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 1973.

(a) Erondy Silvério

**PROJETOS DE LEI:**

**Projeto de Lei n.º 231-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — Fica instituída, no Departamento de Trânsito, DETRAN, a Taxa de Peritagem.

Art. 2.º — A taxa a que se refere o artigo anterior será fixada em Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) e será cobrada do candidato ao exame de habilitação de motorista.

Art. 3.º — O produto da cobrança da Taxa de Peritagem será, mensalmente, distribuído entre os integrantes das Comissões Examinadoras do DETRAN, deduzidas as despesas operacionais.

Art. 4.º — O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, dentro em trinta dias de sua publicação.

Art. 5.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 1973.

(aa) Jorge Sato e Paulo Poli

**JUSTIFICATIVA:**

O Paraná é o último Estado da Federação a adotar o sistema de cobrança de Taxa de Peritagem. Esse, nos parece, o argumento decisivo em favor do projeto, visto como em mais de vinte unidades a matéria sofreu discussões e análises exaustivas, sob todos os aspectos, culminando por sua unânime adoção.

Desse modo, nada há que indagar ou contestar, a não ser a aceitação no Paraná de uma prática nacional.

**Projeto de Lei n.º 232-73**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1.º — O inciso IX do art. 3.º da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"IX — da saída de veículos, máquinas e aparelhos usados que tenham sido recebidos para comercialização e cujas entradas, regularmente registradas, não tenham sido oneradas pelo imposto, — 10% (dez por cento) do valor de que decorrer a saída".

Art. 2.º — Ficam introduzidas as seguintes alterações no art. 16 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972:

**ALTERAÇÃO PRIMEIRA** — O "caput" do art. 16 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 16 — Compete à Secretaria da Fazenda expedir instrução estabelecendo as normas para inscrição, alteração, paralisação temporária e exclusão no Cadastro de que trata o artigo anterior, bem como os modelos dos respectivos documentos".

**ALTERAÇÃO SEGUNDA** — Fica suprimida, no § 1.º do art. 16 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, a seguinte expressão: "no qual se promovam operações tributáveis".

**ALTERAÇÃO TERCEIRA** — O prazo de que trata o § 5.º do art. 16 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, fica ampliada para 60 (sessenta) dias.

**ALTERAÇÃO QUARTA** — Fica suprimida, no texto do § 6.º do art. 16 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, a expressão "depositando, na ocasião, os blocos de notas fiscais não utilizados, para custódia até o reinício das atividades".



Art. 3.º — Fica incluído no art. 33 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, mais um parágrafo com a seguinte redação:

“§ 3.º — Para efeito de apuração dos saldos no Livro de Registro de Apuração do ICM e na Guia de Informação e Apuração serão desprezadas as frações de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro) em relação aos itens “imposto a recolher” e “saldo credor”.

Art. 4.º — O § 4.º do art. 40 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, passa a ter a seguinte redação:

“§ 4.º — Decorridos doze meses contados do mês da protocolização do pedido de restituição, sem que seja efetivamente recebida a importância a ser devolvida, ou identificada ao contribuinte a denegação do requerimento, poderá o interessado escriturar como crédito o respectivo valor, mencionando o número do protocolo correspondente”.

Art. 5.º — Ficam introduzidas as seguintes alterações no art. 54 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972:

**ALTERAÇÃO PRIMEIRA** — O item 1 do § 1.º do art. 54 passa a ter a seguinte redação:

“1. EQUIVALENTE A 50% (CINCOENTA POR CENTO):

a) — do valor do imposto a recolher, — ao contribuinte que deixar de pagar, no prazo previsto na legislação tributária, o total do imposto a recolher por ele declarado na Guia de Informação e Apuração a que se refere o § 3.º do art. 28;

b) — da diferença entre o valor a recolher, declarado pelo próprio contribuinte na Guia de Informação e Apuração, e o imposto por ele pago, — ao sujeito passivo que efetuar o pagamento do tributo com insuficiência, até encerrar-se o processo administrativo-fiscal de rito sumário a que se refere o art. 57”.

**ALTERAÇÃO SEGUNDA** — O item 3 do § 1.º do art. 54 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, passa a ter a seguinte redação:

“3. EQUIVALENTE AO VALOR DO CRÉDITO INDEVIDAMENTE UTILIZADO, sem prejuízo do respectivo estorno, ao sujeito passivo que utilizar crédito do imposto em desacordo com o disposto nesta Lei”.

**ALTERAÇÃO TERCEIRA** — O § 3.º do art. 54, da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, passa a ter a seguinte redação:

“§ 3.º — O valor mínimo das multas é de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), ressalvadas as hipóteses indicadas no inciso II e nas letras a e b do inciso I do art. 58, nas quais a penalidade mínima só prevalecerá após decorridos os prazos nesses dispositivos previstos sem que ocorra o pagamento do ICM com a multa reduzida aos valores permitidos”.

**ALTERAÇÃO QUARTA** — Fica acrescida mais um parágrafo ao art. 54 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, com a seguinte redação:

“§ 5.º — As infrações e penalidades indicadas no § 1.º deste artigo serão lançadas em processo administrativo-fiscal de instrução contraditória, na forma do parágrafo único do art. 56, ressalvada a infração e multa prevista na letra a do item 1 do § 1.º deste artigo que será objeto de processo administrativo-fiscal cujo rito especial e sumário está determinado no artigo 57”.

Art. 6.º — A letra a do item 32 do parágrafo único do art. 56 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“a) — “ex-offício” de decisão favorável ao contribuinte, desde que o montante do crédito tributário, objeto do processo administrativo-fiscal, seja superior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), caso em que será formalizado através de manifestação obrigatória da autoridade administrativa competente, no final do ato decisório”.

**Parágrafo Único** — Os recursos “ex-offício” de decisões prolatadas em processo administrativo-fiscal, em cujos autos se discuta crédito tributário igual ou inferior a Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), pendentes de decisão definitiva, serão automaticamente encerrados e arquivados mediante despacho do Presidente do Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais do Estado do Paraná.

Art. 7.º — O art. 57 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 57 — Quando ocorrer a infração descrita na letra a do item 1 do § 1.º do art. 54, o processo administrativo-fiscal para cobrança do ICM e da multa obedecerá rito especial e sumário, em instância administrativa única, não cabendo, em consequência da declaração do próprio contribuinte na guia de que trata o § 3.º do art. 28, qualquer reclamação ou recurso.

§ 1.º — O processo administrativo-fiscal de rito sumário encerrar-se-á automaticamente:

1. quando o infrator pagar o total do imposto a recolher, por ele declarado na Guia de Informação e Apuração do ICM, e a multa de que trata a letra a do item 1 do § 1.º do art. 54, com a redução cabível conforme o inciso II do art. 58;

2. com o decurso do prazo de cento e vinte dias contados da data da expiração do prazo normal de pagamento, previsto na legislação tributária, do imposto lançado na conta gráfica de que trata o art. 32, sem que seja extinto o crédito tributário, caso em que este será imediatamente inscrito em dívida ativa do Estado;

3. quando, decorrido o prazo de que trata o item anterior, tenha o contribuinte pago, fora do prazo normal, em relação ao período considerado, o total do imposto a recolher, por ele próprio declarado na Guia de Informação e Apuração e não tenha recolhido a quantia de multa descrita na letra a do item 1 do § 1.º do art. 54, caso em que o valor da pena, reduzido em função da data do pagamento do imposto, conforme o inciso II do art. 58, será imediatamente inscrito em dívida ativa do Estado;

4. na ocasião em que for emitido auto de infração na forma indicada no parágrafo seguinte:

§ 2.º — Quando, vencido o prazo a que se refere o item 2 do parágrafo anterior, houver, em relação a Guia de Informação e Apuração do ICM, apresentada pelo próprio contribuinte, insuficiência no pagamento do imposto a recolher, relativo ao período considerado, o valor da diferença será lançado em auto de infração para o inciso de processo administrativo-fiscal de instrução contraditória, aplicando-se a pena descrita na letra b do item 1 do § 1.º do art. 54, incluindo-se, nesse lançamento, quando exigível:

1. o valor correspondente à diferença entre a multa indicada na letra a do item 1 do § 1.º do art. 54, com a redução prevista no inciso II do art. 58, cabível em relação à data do pagamento insuficiente do ICM, e a multa paga na referida data; ou

2. o valor da multa a que se refere a letra a do item 1 do § 1.º do art. 54, que deixou de ser recolhida na data do pagamento insuficiente do ICM, aplicando-se a redução de que trata o inciso II do art. 58, compatível com a data do referido pagamento”.

Art. 8.º — Ficam incluídas as seguintes alterações ao artigo 58 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972:

**ALTERAÇÃO PRIMEIRA** — Os incisos I e II do art. 58 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, passam a ter a seguinte redação:

I — Nos procedimentos de instrução contraditória, para a imposição das multas previstas nos itens 2, 3, 5, 6, letras b e c, e 7 do § 1.º do art. 54:

a) no prazo da reclamação em 60% (sessenta por cento) do seu respectivo valor;

b) no prazo do recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes e Recursos Fiscais, em 40% (quarenta por cento) do seu respectivo valor;

c) no prazo de trinta dias da intimação posterior à inscrição do crédito tributário em dívida ativa do Estado, em 20% (vinte por cento) do seu respectivo valor;

II — Nos procedimentos de rito especial e sumário (letra a do item 1 do § 1.º do art. 54 e art. 57):

a) até trinta dias da data da expiração do prazo de pagamento, para 5% (cinco por cento) do valor do imposto pago;

b) de trinta e um dias até sessenta dias contados da data referida na letra anterior, para 10% (dez por cento) do valor do imposto pago;

c) de sessenta e um dias até noventa dias, a partir da data referida na letra a, para 20% (vinte por cento) do valor do imposto pago;

d) de noventa e um dias até cento e vinte dias, a partir da data indicada na letra a, para 40% (quarenta por cento) do imposto pago”.

**ALTERAÇÃO SEGUNDA** — O § 1.º do art. 58 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, passa a ter a seguinte redação:

“§ 1.º — Para obter a redução no valor da penalidade o sujeito passivo deverá, nos casos do inciso I deste artigo, pagar o total do imposto exigido e a parcela da multa reduzida”.

**ALTERAÇÃO TERCEIRA** — Fica revogado o parágrafo 3.º do art. 58 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972.

Art. 9.º — O § 3.º do art. 59 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972, passa a ter a seguinte redação:

“§ 3.º — Será providenciada imediatamente a inscrição do crédito tributário em dívida ativa do Estado quando ocorrer:

1. rescisão do acordo;

2. indeferimento de pedido de parcelamento nas modalidades previstas nos incisos II e IV do art. 60;

3. renúncia tácita do direito ao parcelamento deferido, em decorrência da falta de assinatura do interessado no termo de acordo relativo às modalidades indicadas no item anterior”.

Art. 10 — As letras b e c do inciso II do art. 60 da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1.972, passam a ter a seguinte redação:

“b) total da multa correspondente à infração;

c) juros vincendos sobre o ICM e multa”.

Art. 11 — A exigibilidade e os correspondentes pagamentos dos tributos indicados nos artigos 1.º e 2.º da Lei n.º 5.223, de 28 de dezembro de 1.965, em decorrência de lançamento, serão englobados e contabilizados na rubrica do imposto sobre vendas e consignações.

Art. 12 — A correção monetária de créditos tributários originários de fatos gerados anteriores a 1.º de janeiro de 1972, somente alcançará a parcela do ICM não se aplicando às importâncias das penalidades.

Art. 13 — A responsabilidade do agente de rendas não se estende aos pagamentos realizados diretamente junto aos estabelecimentos bancários autorizados, nos prazos regulares previstos na legislação tributária e correspondentes ao que for declarado, pelo próprio contribuinte, na Guia mensal de Informação e Apuração do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias.

**Parágrafo Único** — Quando o agente de rendas for responsabilizado em função do pagamento insuficiente de crédito tributário, em relação aos recolhimentos efetivados através das agências de rendas, essa responsabilidade será elidida, automaticamente, na ocasião do lançamento das diferenças em processo administrativo-fiscal.

Art. 14 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15 — Fica revogado o § 4.º do art. 2.º da Lei n.º 6.364, de 29 de dezembro de 1972.

Sala das Comissões, em 20 de novembro de 1.973

(aa) Antônio Lopes Júnior — Presidente

Erondy Silvério — Relator

Domício Scaramella

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

(Lendo): “Pelo Ofício 500-73, datado do último dia 16 de novembro, o Senhor Prefeito Municipal de Curitiba respondeu apelo deste Deputado, oficialmente encampado pela Casa, no sentido de que o Município da Capital, maior centro urbano do Estado, adotasse providências legais para acatular a segurança da população, na eventualidade de incêndios em prédios de habitação coletiva, autorizando a legislação correspondente.

No seu lacônico Ofício, diz o Senhor Prefeito que todas as construções com mais de três pavimentos, e edificação para uso comercial ou industrial, somente recebem alvará autorizatório depois de apresentarem documento provando aprovação de projeto de prevenção de incêndios pelo Corpo de Bombeiros.

Diz, também, que por decisão do Departamento de Urbanismo do Município, em conjunto com o setor técnico do Corpo de Bombeiros, decidiu-se a abolir a exigência de escadas de incêndio externas, por serem anti-estéticas e inúteis.

Finalmente, diz o Senhor Prefeito de Curitiba ter acolhido com muito interesse a sugestão de exigir heliporto no terraço dos grandes edifícios, determinando ao Instituto de Pesquisa e Planejamento um estudo para verificar a viabilidade de incluir tópicos a respeito do Código de Edificações.

Faço às respostas, parece-nos que o Senhor Prefeito de Curitiba não tomou nos devidos termos nem nas proporções exatas, a denúncia formulada por esta Casa e o apelo de providências aqui levantado. Dissemos, na oportunidade, que se um grande incêndio acontecer em Curitiba, como ocorreu no Edifício Andraus, em São Paulo, teríamos tragédia muito maior, não só por desaparecimento do Corpo de Bombeiros, mas porque inexistem em nossos prédios quaisquer defesas para o escoamento de pessoas. Em consequência daquele pronunciamento, já se deu ao Corpo de Bombeiros uma saída privativa pela Rua Nunes Machado, cruzando a Avenida 7 de Setembro, cujos cantos centrais foram rebaixados para darem passagem aos caminhões”.



Neste particular, quero que fique registrado nos Anais desta Casa os nossos agradecimentos ao Sr. Diretor do DETRAN, que foi quem mais se interessou, o Sr. Marcos Prado, e ao Sr. Prefeito Municipal de Curitiba, que imediatamente acordaram do erro em que tinham incorrido, enleando o Corpo de Bombeiros com as novas obras da Avenida 7 de Setembro. Já providenciaram o rebaixamento dos canteiros, dando passagem aos caminhões do Corpo de Bombeiros.

De maneira que o pronunciamento desta Casa já surtiu efeito, já surtiu algum resultado. O Sr. Governador do Estado também, ontem, em entrevista, em audiência com os concedeu, declarou estar estudando seriamente a viabilidade da construção de pelo menos três quartéis do Corpo de Bombeiros, nos diversos bairros da Capital, descentralizando o Serviço do Corpo de Bombeiros a fim de que, num caso de incêndio o Corpo de Bombeiros possa atender mais prontamente a tragédia, o que não ocorre hoje, com a atual localização do Corpo de Bombeiros.

Também os nossos agradecimentos ao Governador do Estado, Sr. Emílio Gomes, pela sensibilidade com que recebeu o apelo desta Casa num problema de tão alta relevância para a população curitibana.

(Lendo): "O Governador do Estado, também sensível, determinou estudos para urgência a liberação de verbas destinadas a reparar o Corpo de Bombeiros. Mas as providências de maior alcance, e também só menos dispêndiosas, deixaram ser adotadas por quem de direito, exatamente o Senhor Prefeito de Curitiba, que encarou o pronunciamento desta Casa de forma simplista.

Já se sabia que os projetos são submetidos ao Corpo de Bombeiros, antes da concessão de alvarás para a construção de edifícios. Mas aquela organização limita-se a opinar com base na legislação existente sobre o assunto, principalmente o Código de Edificações. Se nessa legislação não houver previsão de obrigatoriedade de determinadas cautelas, não será o Corpo de Bombeiros, como mero órgão assessor, que poderá inovar exigências.

Quando falamos em heliportos nas grandes edificações, dávamos apenas exemplo de uma das medidas de prevenção possíveis, não uma sugestão isolada. Sabemos, como sabem todos os Senhores Deputados, que nem o Corpo de Bombeiros, nem o Governo do Estado, dispõem de helicópteros para evacuar pessoas em perigo nos casos de catástrofe.

Pedíamos, isto sim, um estudo do assunto, em profundidade e sério, esperando o nascimento de uma legislação municipal atualizada e acatadora da segurança de centenas de milhares de pessoas que moram ou trabalham em edifícios. Porque a segurança do habitante das grandes edificações verticais é hoje uma preocupação mundial, um desafio à tecnologia e ao urbanismo, e como tal deve ser encarada pelos administradores das grandes cidades.

A revista VEJA, em sua edição de 24 de outubro último, descreve na seção "Vida Moderna" um novo equipamento, de idealização japonesa, que está para ser instalado num prédio de quinze andares, em São Paulo. Trata-se de um tubo de plástico não inflamável, de comprimento variável, existindo um em cada andar do prédio, instalado ao lado da janela externa, numa caixa. Em caso de incêndio, o tubo é lançado pela janela, chegando ao solo. As pessoas ameaçadas descem por esse tubo, chegando à parte final, que é acolchoada, numa velocidade de 4 metros por segundo. De um décimo andar, dez pessoas podem salvar-se em menos de dois minutos.

Como na menção dos heliportos, esta não é uma sugestão concreta, mas exemplo de que o progresso tecnológico já permite uma prevenção eficaz de incêndios. O Deputado não é um técnico, nem lhe compete ditar normas específicas.

Simplista, diz o Senhor Prefeito que as escadas de incêndio externas foram descartadas como anti-estéticas e ineficientes.

Mas não esclarece que outras providências — estas elegantes e seguras — foram determinadas para garantir a segurança do habitante de edifícios. E não o fez simplesmente porque essas providências não existem. Descartou-se uma solução, mas outras não foram encontradas. E hoje o curitibano é potencialmente um candidato à morte horrível em caso de incêndio no prédio onde mora ou trabalha.

Por isso, através do presente Requerimento, pedimos à Mesa ouvida a Casa, seja encaminhado novo Expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que este renove, junto ao Prefeito de Curitiba, nosso apelo por uma reformulação legislativa de órbita municipal, compatível com a evolução tecnológica e atendendo a urgência que o assunto merece.

Abroindo um parêntese neste nosso pronunciamento que é por escrito, realmente o Deputado não é um técnico, mas é preciso que não encare como brincadeira este assunto de tanta relevância, um assunto de tanta urgência. Nada mais nos resta do que instalar uma Comissão para abrir inquérito para verificar porque a maioria dos edifícios não possui nem hidrante nem manguelhas, nenhuma defesa contra incêndios, quando isto é obrigação do Governo Municipal. O Sr. Prefeito não está encarando o assunto com a objetividade e a seriedade que ele merece. Deus o permita que isto jamais aconteça, mas no momento em que houver um incêndio em Curitiba, que vidas preciosas se perderem não adianta botar a mão na cabeça. Isto do tubo plástico é uma sugestão moderna, não muito dispêndiosa e quem constrói edifício deve reservar para este tubo que já está sendo usado em S. Paulo e em caso de tragédia pode salvar muitas vidas. Faço um apelo a esta Casa, para que se aperceba da seriedade do assunto para quando os Srs. Deputados estiverem em audiência com o Sr. Governador encareçam a necessidade do re-equipamento do Corpo de Bombeiros, da descentralização dos serviços daquela Corporação Militar e que também cerrem fileiras em torno desta batalha porque eu não quero, absolutamente nenhuma vantagem política, é a sinceridade de um Deputado que está vendo uma cidade ameaçada, sem nenhuma defesa em caso de incêndio, é preciso que as autoridades se apercebam do perigo. Que o Sr. Prefeito não pense só em avenidas suntuosas e encare com objetividade este assunto.

O SR. PRESIDENTE — (Faz soar os tímpanos)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, não vou terminar a leitura do Expediente e prometo que já concluirei. É um assunto muito sério, muito importante. A Puc está estudando a possibilidade de vias expressas, ruas só para pedestres, com projetos mirabolantes, não vai ter tempo para estudar assunto de tanta relevância para a população curitibana. Voltarei, e se não for atendido vou requerer um CPI para que os Srs. Deputados se convençam da realidade chocante que vive o curitibano em matéria de proteção contra incêndio.

Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não fosse o noticiário da imprensa, no dia de ontem, principalmente, duas notícias estampadas no "Estado de S. Paulo", a que, em seguida, farei as alusões mais detalhadas. E nós não viríamos a esta Tribuna para justificar um Requerimento dirigido ao Sr. Ministro, Presidente do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, pedindo que sejam tomadas as providências cabíveis para a distribuição de quotas a que fazem jus os partidos políticos, na forma preconizada pelo Artigo 7.º, da Lei 5.682. Este Requerimento que já havia sido elaborado em data de ontem e apresentado em atenção a um Ofício que recebemos da Assembléia Legislativa do Recife, Estado de Pernambuco, e que nos foi dirigido na qualidade de Presidente do Diretório Regional do MDB, através do qual, tendo aquela Assembléia aprovada indicação de autoria da Deputada Araci de Souza que dirigiu apelo ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral no mesmo sentido. Isto é, de que seja efetuada a distribuição do fundo partidário. O Ofício veio acompanhado pela indicação e nós o recebemos há dez dias atrás. Após estudada a matéria e verificada a possibilidade, foi objeto de atuação do MDB num dos seus encontros, a aprovação de uma moção dirigida ao Tribunal Superior Eleitoral para a distribuição do fundo partidário, redigimos um Requerimento que hoje encaminhamos à Casa, cujos termos são os seguintes:

#### "Requerimento"

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas prerrogativas e de acordo com o Regimento Interno,

Considerando que nenhum candidato a cargo eletivo, sob pena de cassação do respectivo registro, poderá efetuar, individualmente, despesas de caráter eleitoral, inclusive com alistamento, arrematação, propaganda e demais atividades definidas pela Justiça Eleitoral devendo processar todos os gastos através dos partidos ou comites, conforme o § 2.º, art. 93, da Lei n.º 5.682, de 21 de julho de 1971 (Lei Orgânica dos Partidos Políticos);

Considerando que o supra-citado diploma legal instituiu o "Fundo Partidário", com a finalidade de prover aos partidos políticos do recurso financeiro necessário para o custeio daquelas despesas, "Fundo Partidário" este, constituído nos termos dos arts. 95 e 96, da já indicada Lei;

Considerando que os partidos políticos atualmente existentes vêm lutando com enormes dificuldades financeiras para sobreviver, dificuldades estas que se verão aumentadas com o próximo ano político, em face das eleições que se realizarão;

Considerando, finalmente, que o "Fundo Partidário" aludido foi devidamente regulamentado pela Resolução n.º 9.203, de 23 de maio de 1972, publicada no D.J.U. n.º 101, de 30 de maio de 1972;

Requer, após ouvido o Plenário, seja enviado um apelo a Sua Excelência Ministro Djaci Falcão, Digníssimo Presidente do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que se digne mandar sejam tomadas as providências cabíveis para distribuição das quotas a que fazem jus os partidos políticos, na forma preconizada pelo art. 07, da Lei já citada.

Sala das Sessões, em 22 de novembro de 1973.

Vai assinado por este Deputado.

Visto isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi com enorme surpresa que lemos em data de ontem, estampada na imprensa nacional, as declarações do Senador Petrônio Portela, Presidente da Aliança Renovadora Nacional. O "Estado de São Paulo" diz o seguinte, edição de ontem, página 4. (Lê):

"O Presidente Nacional da Arena, Senador Petrônio Portela, praticamente eliminou ontem as esperanças de seu Partido e também do MDB, que esperavam a distribuição dos recursos do Fundo Partidário, para o início do próximo ano. Depois de dizer que pessoalmente acha "mais interessante abrir mão dos recursos do Fundo e ou de dotações orçamentárias", consignadas à Justiça Eleitoral, para custear despesas de transportes de volantes em dia de eleição. "Portela afirmou que não se sente à vontade para exercer advocacia administrativa, para colocar em prática o Fundo Partidário e este ser administrado pelo Partido político. Para o Senador, os recursos do Fundo só serão colocados à disposição das classes políticas, quando os preconceitos forem afogados pelo nosso prestígio popular".

Isto tudo entre aspas. Em curtas palavras, o Fundo continua sob suspeição, como havia dito no começo deste ano, o falecido Filinto Müller.

Portela também afastou, pelo menos por enquanto, a possibilidade de ser restabelecida a remuneração a todos os Vereadores, dizendo que os estudos serão examinados "cuidadosa" e oportunamente para que na solução encontrada não se percam de vista os vícios que geraram os equívocos de um passado recente".

Portela falou durante a reunião da Direção Nacional da Arena com os dirigentes regionais. Disse que ainda falta muita coisa para que os partidos ganhem efetivo prestígio popular e densidade política, levando sua mensagem a cada eleitor. Acha que a Arena tem condições de se fortalecer perante a opinião pública graças ao acervo administrativo da Revolução, que sempre tem contado com a participação da Arena".

Na "Gazeta do Povo" destacamos este tópico, das notícias dadas com quase as mesmas palavras. Edição de ontem também da "Gazeta do Povo", 3.ª página. Não havia comentário sobre os esclarecimentos do Presidente da Arena, entre os dirigentes regionais que na véspera, com tanto esforço, reivindicaram a liberação urgente dos recursos devidos a precariedade financeira do Partido. (Lendo): "O Fundo Partidário, diz o "Estado de São Paulo", num editorial, foi instituído durante o Governo Castelo Branco com a finalidade de possibilitar um ritmo de funcionamento às agremiações políticas, já então reduzidas a ARENA e MDB, compatível com as finalidades que estas deveriam cumprir no quadro institucional do País.

Sete anos após sua criação, os recursos financeiros para alimentar o funcionamento da engrenagem partidária ainda não foram liberados.

Durante o longo processo de reivindicação em favor da regulamentação da lei pelo Tribunal Superior Eleitoral, os dois Partidos marcharam juntos. O MDB, naturalmente, de maneira mais agressiva, alegando não poder contar com os favores oficiais concedidos ao Partido adversário.

No princípio de 1973 o TSE, finalmente, regulamentou o Fundo Partidário, constituído com verbas provenientes de muitas eleições, determinando que 20 por cento de seu total será rateado em partes iguais pelos Partidos e os restantes 80 por cento proporcionalmente às respectivas legendas, prevalecendo, assim, o critério da proporcionalidade numérica.

A quota de cada Partido é entregue ao seu Diretório Nacional, que encaminhará as parcelas devidas a cada Diretório Regional que, por sua vez, fará o mesmo com relação aos Diretórios Municipais.

Atualmente os Partidos vivem de contribuições de seus representantes no Congresso e Assembléias Legislativas e eventuais doações de simpatizantes, estas praticamente limitadas aos períodos eleitorais.

No plano federal, cada parlamentar desconta com cruzeiros de seus ven-



cimentos, havendo muitos que fazem o desconto em dobro, destinando uma parcela ao Diretório Nacional e outra ao Estadual.

É comum um parlamentar — principalmente Deputado, que disputa eleições proporcionais — contribuir para Diretórios Municipais de seu Estado, particularmente em sua zona de maior peso eleitoral.

Existe, ainda, uma outra modesta fonte de renda para os atuais partidos: o acervo dos Partidos extintos reverteu em favor dos atuais em determinados casos, o que dá a algumas seções estaduais da ARENA ou MDB uma receita extra sob a forma de aluguéis, principalmente”.

Aí está, Sr. Presidente, um quadro real e surpreendente. Um Partido político, através de seu Presidente, que, segundo se depreende do noticiário, não recebeu nenhuma manifestação de apoio de seus comandos regionais faz fé de profissão pública de sua idoneidade moral. O que o Sr. Petrônio Portela disse em suas palavras, é que os Partidos políticos no Brasil não têm condições morais para receberem e aplicarem as verbas destinadas aos mesmos.

Quais os objetivos do Sr. Petrônio Portela, indo principalmente de encontro frontal aos interesses de seus próprios Diretórios regionais, ao fazer tais afirmações?

Feriu ainda, S. Exa., os próprios Estatutos da ARENA, que em seu artigo 83, diz o seguinte: (Lê)

“Os recursos do Diretório Nacional procederão:

a — Parte das quotas recebidas do Fundo Partidário que lhe foi estendida por lei;

b — 50% de contribuições de congressistas do Partido, etc.”, legalmente constituída a sua distribuição desde a data de 23-5-72, devidamente instruída pelo Tribunal Superior Eleitoral. Vemos, entre estas declarações de um homem que, parece inclusive falar em nome do Governo do País, pretender abrir mão de grande dispositivo legal que é o Fundo Partidário, para que a Justiça Eleitoral faça com ele as despesas de condução e transporte dos eleitores, nos dias das eleições. Aí também está outro absurdo. De um absurdo, o de dizer que os Partidos políticos não têm condições de idoneidade para o manuseio das verbas que lhes foram destinadas, para outro, que se pretende justificar o primeiro.

Todos nós sabemos que a Justiça Eleitoral mal pode cumprir com seus objetivos precípuos; com suas atribuições mais importantes, que são: presidir o pleito e apurar as eleições. Todos sabemos que os Juizes de Direito acumulam as funções de Juizes Eleitorais; que a Justiça Eleitoral é um apêndice da Justiça comum e, como tal funciona sem escriturais especialmente admitidos para suas finalidades, sem organização material nenhuma, vive à mercê de empréstimo de funcionários estaduais, sem material a não ser o de receber das Prefeituras, dos Municípios muitas vezes, sem condições, o encargo de promover o alistamento eleitoral, e ainda, o Sr. Petrônio Portela quer destinar verba para o transporte de eleitores.

O Sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Realmente, nobre Deputado, as declarações prestadas pelo eminente Presidente da ARENA foram estardalhaçadas sob todos os aspectos. Caberia a ele, na condição de presidente do principal Partido político do País, defender, de todas as formas e por todos os meios, a condição de, pelo menos, afirmar que seu Partido teria condições de administrar o Fundo Partidário. Realmente, o aspecto mais lamentável, na afirmativa do Presidente da Aliança Renovadora Nacional, foi o de que os partidos políticos não reúnem condições e a necessária idoneidade para administrar esse Fundo. E, ao mesmo tempo, completando meu pensamento em torno do assunto, devo dizer que S. Exa. está confundindo a cada de tatu com serenata, ao afirmar que estas verbas poderiam ser aplicadas em favor da condução de eleitores, em dias de pleito e administradas pela Justiça Eleitoral. Todavia, não sabe S. Exa. o Sr. Presidente da ARENA, que esse Fundo deseja oferecer aos Partidos políticos, a necessária estrutura para que contrate técnicos especializados em diversos setores, principalmente no setor econômico-financeiro, a fim de fornecer, a parlamentares, a assessoria indispensável na concepção do programa político das organizações partidárias. Porém, S. Exa. o Sr. Presidente da Arena Nacional, na sua afirmativa fez realmente uma confusão muito grande e a sua manifestação se constitui não naquilo que deveria ser o maior defensor, isto é, a classe política, se constitui na verdade em mais um retrocesso no sistema político nacional e, mais grave ainda, por ter partido de um homem de sua responsabilidade e na condição do cargo que exerce. Atingiu não só os filiados da ARENA, mas sim a toda classe política.

Fica aqui registrado nosso repúdio pela afirmação, sob todos os aspectos lamentável e nossa esperança de que os Diretórios Regionais da Aliança Renovadora Nacional, de todo o Brasil, tomem uma posição contra essa absurda afirmação que feriu, frontalmente, a classe política nacional e que se constitui em mais um degrau de retrocesso ao processo político de plena reabertura democrática e liberdade total que é o que todos nós, que militamos na política, temos como meta principal.

Cumprimento V. Exa. por ter trazido o assunto a esta Tribuna e tenho certeza de que manifestações como esta de V. Exa. encontrarão eco e por certo os sentimentos se sensibilizarão com esse apelo e essa afirmação de idoneidade da classe política na condução dos seus destinos e dos destinos da nossa Nação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Muito obrigado a V. Exa. pelo honroso aparte que veio ilustrar esse pronunciamento. Realmente, a Justiça Eleitoral exerce em condições precárias as presenças dos pleitos e as suas apurações. Nenhuma fiscalização ela pode fazer por falta de recursos materiais, humanos principalmente. A Justiça Eleitoral no desempenho de suas atribuições, não fiscaliza os pleitos e todos os Srs. Deputados são testemunhas disso, porque quantas irregularidades nós constatamos, principalmente nos dias das eleições, às vésperas das eleições e a Justiça Eleitoral não tem e é preciso que se reconheça, condições materiais de exercer essa sua precípua atividade.

Como acumular a Justiça Eleitoral de outras atribuições muito mais difíceis, porque importaria na organização de caixa, em distribuição de dinheiro a todos os Municípios, organização de uma verdadeira empresa de transporte de âmbito nacional, que assita aos Estados e Municípios para poder transportar eleitores. Nós não temos empresa de transporte nem particular, nem empresa privada, cuja obtenção de lucro tem em grandes países desenvolvidos feito aparecer empresas de transporte que possuem ação em todos os países, como nos Estados Unidos, onde existem empresas de ônibus que possuem perto de 20 mil veículos e fazem transporte trans-continental até.

No Brasil não temos essa condição no setor privado, da atividade comercial de lucro imediato, quanto mais dotar-se ou atribuir-se à Justiça Eleitoral uma função que seria, logo à primeira vista, humanamente impossível.

Finalmente, Sr. Presidente, gostaríamos de acentuar ainda outro ponto, o da falta de honestidade dos responsáveis pela distribuição desse fundo como, para mim, é falta de honestidade criar uma lei, constar da lei a sua existência, a existência desse fundo, o Tribunal Superior Eleitoral instruir devida-

mente, dar as instruções necessárias para sua distribuição, os Presidentes dos Diretórios Regionais a dizerem aos Diretórios Municipais que assim que recebam redistribuirão o fundo a seus Municípios em todo País. Todos estão aguardando pela distribuição do fundo e esse fundo não vem, sob a alegação agora, clara, do Presidente Nacional da Arena de que os Partidos políticos não possuem idoneidade para recebê-lo.

Para bem esclarecer esse período anterior, que saímos de um recente caos: ora, se o caos existiu, se existe como diz o Sr. Petrônio Portela, que era do Partido Trabalhista Brasileiro — é interessante acentuar este detalhe — já fazem 10 anos que se modificou o quadro político no Brasil, e aqueles que hoje estão ingressando na política, que depois disso ingressaram na política não podem ficar sujeitos a uma vigarice, a uma burla, a uma chicana política desta natureza, porque todos aqueles que estão praticando política estão confiando naquilo que pelo menos existe dentro da Legislação brasileira — e se está escrito em Lei é porque deve ser cumprido. Então que se revogue a Lei para que não se iluda todos aqueles que militam na política neste País, e para que não pareça que legislar no Brasil, seja também sinônimo de chicana e vigarice.

Finalmente, Sr. Presidente, desejo registrar que o Sr. Petrônio Portela não me parece autorizado a falar em nome do seu próprio Partido, mas, muito menos em nome do MDB.

Porisso, como bem acentuou o nosso eminente Líder, aí fica a nossa repulsa a essas declarações de um homem que não está nem poderá estar, pela sua profissão de fé, jamais, em condições de exercer liderança política em nosso País, que precisa de homens idealistas, que acreditem na Lei, no Direito e na Justiça, sem o que jamais teremos democracia e liberdade. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 34 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria dos Srs. Deputados Antônio Lopes Júnior, Erondy Silvério e Domicio Scaramella, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 154-73, que autoriza o Poder Executivo abrir crédito especial no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), à Diocese de Cornélio Procopio. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 154-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros) para instalação da Diocese de Cornélio Procopio.

Art. 2.º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei, correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado, vigente.

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 178-73, que declara de Utilidade Pública, o Movimento Pró Creche Nossa Senhora do Rocio, de Curitiba. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 178-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública o Movimento Pró Creche Nossa Senhora do Rocio, com sede em Curitiba.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-73

(Ass. ilegível) — Presidente

(Ass. ilegível) — Relator

(Ass. ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 233-73, solicitando autorização para contrair empréstimos com a Caixa Econômica Federal — C.E.F. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 244-73, que dispõe sobre a inclusão em futuros orçamentos, dos recursos orçamentários que especifica. — Aprovada.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 247-73, que objetiva instituir a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. — Aprovada.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 247-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

CAPÍTULO I  
Da Organização

Art. 1.º. Fica instituída a COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA — COMEC, visando a realização de serviços comuns aos Municípios que integram a Região Metropolitana de Curitiba, estabelecida nos termos do artigo 164, da Constituição da República e da Lei Complementar Federal n.º 14, de 08 de junho de 1973.

Art. 2.º. O território da Região Metropolitana é área contínua constituída dos atuais Municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiuva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandrituba e Balsa Nova.



Art. 3.º. A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, dotada de autonomia técnica e administrativa, será vinculada ao Governador do Estado através da Coordenação do Planejamento Estadual e terá sede e foro em Curitiba.

Art. 4.º. A COMEC é composta dos Conselhos Deliberativo e Consultivo aludidos no artigo 2.º da Lei Complementar Federal nº 14-73 e de uma Secretaria Administrativa.

Art. 5.º. O Conselho Deliberativo constituir-se-á de 5 (cinco) membros, sendo um deles indicado pelo Município de Curitiba e outro pelos demais Municípios integrantes da Região Metropolitana, todos nomeados pelo Governador do Estado.

§ 1.º. O representante do Município de Curitiba será indicado em lista triplíce, pelo Prefeito.

§ 2.º. O representante dos demais Municípios da Região será indicado pela maioria absoluta de seus Prefeitos.

§ 3.º. O Presidente do Conselho Deliberativo é o Secretário de Estado responsável pelo Planejamento Estadual.

Art. 6.º. O Conselho Consultivo, dirigido pelo Presidente do Conselho Deliberativo, compor-se-á de um representante de cada Município integrante da Região nomeado pelo Governador do Estado.

## CAPÍTULO II Da Competência

Art. 7.º. Compete basicamente a COMEC:

I — Cumprir o disposto no artigo 164, da Constituição Federal, nos termos de sua legislação complementar;

II — promover, elaborar, aprovar, fazer cumprir e controlar o planejamento integrado da Região;

III — promover, coordenar e elaborar estudos, projetos e programas, harmonizando-os com os das diretrizes do planejamento regional;

IV — realizar pesquisas destinadas a fornecer e atualizar os dados necessários ao planejamento integrado da Região;

V — coordenar os serviços comuns de interesse metropolitano empreendidos pelo Estado e Municípios da Região;

VI — articular-se com os órgãos da União objetivando a compatibilização dos programas de interesse metropolitano;

VII — coordenar a elaboração de programas e projetos de obra, atividades e serviços de interesse metropolitano, consubstanciados em orçamentos anuais e plurianuais;

VIII — propor aos poderes competentes expedição de medidas legislativas e administrativas;

IX — estabelecer diretrizes e normas para os planos municipais de desenvolvimento, bem como colaborar com os municípios na sua elaboração, visando sua adequação ao planejamento integrado da Região Metropolitana;

X — propor desapropriações e estabelecer limitações e servidões administrativas necessárias à suas atividades e finalidades;

XI — opinar sobre concessão, permissão e autorização de serviços de interesse metropolitano;

XII — obter e fornecer recursos técnicos e financeiros para consecução de seus objetivos;

XIII — promover, mediante convênio e através dos órgãos competentes, a execução supletiva das atividades locais que, em razão do planejamento integrado da Região Metropolitana, ultrapassaram a capacidade executiva dos municípios;

XIV — celebrar convênios, constituir consórcios e delegar atribuições de sua competência a órgãos regionais, setoriais e locais;

XV — providenciar transferências ou alienação de bens desapropriados para fins de renovação urbana; e

XVI — exercer todos os poderes de administração da Entidade.

Art. 8.º — Compete basicamente ao Conselho Deliberativo:

I — Promover a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana;

II — promover a programação dos serviços comuns aos Municípios da Região;

III — coordenar a execução de programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, objetivando-lhes, sempre que possível, a unificação quanto aos serviços comuns;

IV — formular as diretrizes da política de desenvolvimento da Região;

V — aprovar o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana, bem como os planos setoriais e relativos aos serviços comuns;

VI — propor alterações na área territorial da Região;

VII — aprovar os critérios de contratação de serviços técnicos especializados; e

VIII — deliberar sobre a criação de empresas de âmbito metropolitano.

Art. 9.º — Compete ao Conselho Consultivo:

I — Opinar, por solicitação do Conselho Deliberativo, sobre questões de interesse da Região Metropolitana;

II — sugerir ao Conselho Deliberativo a elaboração de planos regionais e a adoção de providências relativas à execução de serviços comuns;

III — opinar sobre qualquer matéria que lhe for submetida pelo Conselho Deliberativo; e

IV — opinar sobre o Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana, bem como os planos setoriais decorrentes e relativos aos serviços comuns.

Art. 10 — Compete à Secretaria Administrativa:

I — Executar as decisões dos Conselhos Deliberativo e Consultivo a ela relacionadas;

II — promover, coordenar e dirigir a execução dos serviços administrativos da COMEC; e

III — contratar pessoal, serviços e fornecimentos de materiais necessários à instalação, funcionamento e manutenção da COMEC.

## CAPÍTULO III Dos Serviços Metropolitanos

Art. 11 — Reputam-se de interesse metropolitano os seguintes serviços comuns aos municípios que integram a Região:

I — Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;

II — saneamento básico, notadamente abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública;

III — uso do solo metropolitano;

IV — transporte e sistema viário;

V — produção e distribuição de gás combustível canalizado;

VI — aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental, na forma que dispuser a Lei Federal; e

VII — outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por Lei Federal.

Art. 12 — As obras relativas aos serviços mencionados no artigo anterior serão executadas por órgãos competentes do Estado ou, mediante convênios ou contratos, com órgãos da União ou dos Municípios participantes.

## CAPÍTULO IV A Administração

Art. 13 — A COMEC proverá as necessidades de sua administração, podendo firmar acordos, convênios ou ajustes com outras entidades de direito público ou privado, para fins de cooperação, execução de Leis, assistência técnica e prestação de serviços.

Art. 14 — Decreto do Poder Executivo Estadual aprovará a estrutura interna, regulamentação e regimentos dos órgãos da COMEC, seu quadro funcional e salários bem como fixará a forma de remuneração dos Membros dos Conselhos Deliberativo e Consultivo.

Art. 15 — Os servidores da COMEC serão submetidos aos regime de Legislação Trabalhista.

Art. 16 — Os servidores públicos do Estado e dos Municípios, bem como os servidores empregados de seus órgãos de administração indireta que forem colocados à disposição da COMEC conservarão seu regime jurídico e filiação previdenciária.

## CAPÍTULO V Das Disposições Gerais

Art. 17 — Os órgãos estaduais, as empresas de âmbito metropolitano e as entidades que, através de convênio, executarem programas e projetos de interesse da Região Metropolitana, deverão pautar sua ação pelas diretrizes contidas no Plano de Desenvolvimento Integrado da Região, nos seus aspectos gerais ou setoriais.

Art. 18 — As entidades e órgãos atualmente encarregados de serviços comuns compreendidos como de interesse regional, manterão as diretrizes existentes, enquanto não sejam tomadas resoluções específicas da COMEC.

Art. 19 — As empresas e entidades de âmbito metropolitano serão, pela forma adequada, vinculadas à COMEC.

Art. 20 — As deliberações da COMEC terão forma de resolução e serão publicadas no Diário Oficial do Estado.

Art. 21 — Os Municípios da Região, ao realizarem obras e serviços que tenham forçosamente reflexos e implicações sobre outros Municípios, deverão submeter os projetos previamente a aprovação da COMEC.

Art. 22 — As obras e serviços do Governo Estadual a serem implantadas na área metropolitana, pelos seus órgãos e entidades, deverão ser realizados coordenadamente com as diretrizes da COMEC, nos planos setoriais e do Plano de Desenvolvimento Integrado, em harmonia com o planejamento regional e municipal respectivo.

Art. 23 — Mediante convênio o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) exercerá a função de órgão interno de planejamento da Região e de assessoramento dos Conselhos.

Art. 24 — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos especiais até o valor de Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado ao atendimento de despesas com a instalação e funcionamento da COMEC, mediante o cancelamento de igual valor em dotações constantes do vigente Orçamento Geral do Estado.

Art. 25 — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-73  
(Assinatura Ilegível) — Presidente  
(Assinatura Ilegível) — Relator  
(Assinatura Ilegível)

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 250-73, solicitando autorização para permutar mediante prévia avaliação, área de terreno da gleba Maringá, de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes n.ºs 1 a 10, do Jardim Clementino, no Município de Marialva, de propriedade da Firma Indústrias de Óleos Nata S.A. Aprovada.

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 250-73 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar mediante prévia avaliação e preenchimento de todas as formalidades legais, a área de terreno remanescente do lote n.º 36-A, da Gleba Patrimônio Maringá, com a área aproximada de 5.984,54 m<sup>2</sup>, de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes de n.ºs 1 a 10, da Quadra n.º 3 do Jardim Clementino, do Município de Marialva, com a área total de 3.300,00 m<sup>2</sup>, de propriedade da firma Indústria de Óleos Nata S.A..

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-11-73  
(Assinatura Ilegível) — Presidente  
(Assinatura Ilegível) — Relator  
(Assinatura Ilegível)

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 88-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através Secretaria de Segurança Pública, com o Município da Lapa, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUN-RESPOL e de verbas orçamentárias de respectivo Município. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176-73, de autoria do Dep. Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Francisco Beltrão, os lotes n.ºs 1 a 6, da Quadra 176 e o lote n.º 4 da quadra n.º 181, localizados na sede do referido Município e pertencente à Polícia Militar do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. EM REGIME DE URGENCIA — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 210-73, de autoria do Dep. Antônio Lopes Júnior, que declara de Utilidade Pública a Obra Social Dom Camilo, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGENCIA. — Aprovado.



2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 21-73, que aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através Secretaria de Segurança Pública, com os Municípios de Carlópolis, Guarapuava, Santa Amélia, Palmas, Jussara e Maringá, objetivando fornecimento e verbas que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 55-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 195-73, que aprova Termo Aditivo de Renovação de Convênio, celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Clínica de Nervosos de Londrina, objetivando internamento de doentes mentais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 55-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo de Renovação de Convênio, celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Clínica de Nervosos de Londrina, objetivando o internamento de doentes mentais.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973.

(Assinatura Ilegível) — Presidente

Nelson Buffara — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PARECER A PROPOSIÇÃO N.º 195-73

1 — A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 60-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e a Clínica de Nervosos de Londrina, objetivando o internamento de doentes mentais.

2 — Referido Termo Aditivo de Renovação de Convênio encontra amparo legal no artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, cabendo a esta Casa referendá-lo na forma do artigo 22, inciso VII, da mesma Constituição, o que ora fazemos com o Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões em 22 de agosto de 1973.

(aa) Antônio Costa — Presidente

Nelson Buffara — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 55-73

AUTOR: Comissão de Constituição e Justiça.

**PARECER:**

I — O projeto sob exame, origina-se da Proposição n.º 195-73, relativa à Mensagem n.º 60-73, do Governo do Estado, submetendo à aprovação desta Casa, Termo de Renovação de Convênio celebrado entre a Secretaria da Saúde Pública e a Clínica de Nervosos de Londrina.

II — Do ponto de vista financeiro, que compete a esta Comissão examinar, inexistem óbices a se lhe antepor, daí opinamos pela aprovação do referido projeto.

Sala das Comissões, em 18-9-1973.

(aa) (Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

(Assinaturas Ilegíveis)

#### COMISSÃO DE SAÚDE PARECER AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 55-73

AUTOR: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**PARECER:**

O mérito da matéria está no texto do Convênio, pois a renovação do mesmo entre a Secretaria de Saúde Pública e a Clínica de Nervosos de Londrina, objetivando o internamento de doentes mentais, só trará benefícios aos portadores de tão horrível mal e ainda como se não bastasse em sua maioria indigentes. Outro fato que convém salientar é que o atendimento aos doentes mentais por clínicas particulares, tendo em vista a precariedade dos Manicômios subvencionados pelo Poder Público.

No campo da saúde, só temos a louvar medidas deste jaez, e esta Comissão de Saúde Pública dá seu Parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em

(Assinatura Ilegível) — Presidente

(Assinatura Ilegível) — Relator

ESTADO DO PARANÁ  
GABINETE DO GOVERNADOR  
MENSAGEM  
60/73

Senhor Presidente:

Curitiba, 23 de julho de 1973

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e a Clínica de Nervosos de Londrina, objetivando o internamento de doentes mentais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA

#### SECCIONAL JURÍDICA

Termo aditivo de renovação de convênio que se celebra entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e a Clínica de Nervosos de Londrina, para internamento aos doentes mentais.

Aos 15 (quinze) dias do mês de março, do ano de 1.973 (um mil novecentos e setenta e três), na sede da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, à rua Barão do Rio Branco, nesta cidade de Curitiba, presentes os Sr. Dr. Ivan B. Fontoura, Secretário de Saúde Pública do Paraná, e o Prof. Dr. João Carmeliano de Miranda, Proprietário da Clínica de Nervosos, situada na cidade de Londrina, foi por ambos assinado o Termo Aditivo de Renovação ao Convênio firmado em 26 de janeiro de 1.967, objetivando o atendimento, na Clínica supra mencionada de doentes sem recursos encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental, conforme autorização governamental, aposto no Protocolado n.º 05308 de 1.º de março de 1973, do Palácio do Governo, publicado no Diário Oficial do Estado sob n.º 34 de 23 de abril de 1.973.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA:

Pelo atendimento médico-hospitalar aos doentes mentais, devidamente assistidos, obriga-se a Secretaria de Saúde, a pagar mensalmente à Clínica de Nervosos, a importância de Cr\$ 9.135,00 (nove mil e cento e trinta e cinco cruzeiros), sendo à Cr\$ 14,50 (quatorze cruzeiros e cinquenta centavos), por leito-dia ocupado, em número de 21 (vinte e um) leitos, perfazendo o total anual, de Cr\$ 109.620,00 (cento e nove mil e seis e vinte cruzeiros).

#### CLÁUSULA SEGUNDA:

O presente Convênio de Renovação, terá a duração de 1 (um) ano, de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1.973, podendo ser revisto e atualizado para os exercícios subsequentes.

#### CLÁUSULA TERCEIRA:

As despesas decorrentes do presente Convênio, correrão a conta da Dotação da Atividade 3201 — 0104 — 2001 — Assessoramento Superior — Verba 3.1.0.0 — Despesas de Custeio — Consignação 3.1.4.0 — Encargos Diversos — Subconsignação 3.1.4.0.17 — Acordos e Convênios, empenhada na Contadoria Central do Estado sob n.º 3117 e na Contadoria Seccional, desta Pasta sob n.º 402, no que se refere ao presente exercício.

#### CLÁUSULA QUARTA:

São mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas do Convênio firmado em 25 de janeiro de 1.967 (um mil novecentos e sessenta e sete), que ora se renova e que não colidirem com as condições deste Termo.

E, por haverem assim justo e contratado o presente Termo Aditivo de Renovação de Convênio, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo Exmo. Sr. Secretário de Saúde Pública e o Proprietário da Clínica de Nervosos de Londrina e demais testemunhas.

Ivan B. Fontoura

Secretário de Saúde Pública

João Carmeliano de Miranda

Proprietário da Clínica de Nervosos de Londrina

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

(Assinatura Ilegível)

Testemunha

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 59-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 201-73, que aprova o Termo Aditivo de Convênio, celebrado entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Sanatório Shangri-lá S.A., da Cidade de Londrina, objetivando internamento e Assistência a Doentes Mentais. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. — **EM REGIME DE URGÊNCIA — Aprovado.**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 59-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E :**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo de Renovação de Convênio, celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Sanatório Shangri-lá S.A., da cidade de Londrina, objetivando o internamento e Assistência a doentes mentais.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1.973.

Antônio Costa — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

(Assinatura Ilegível)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

**PARECER**

A PROPOSIÇÃO N.º 201-73 — Mensagem Governamental n.º 62-73

1 — A presente proposição, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 62-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Termo Aditivo de Renovação do Convênio celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Sanatório Shangri-lá S.A., da cidade de Londrina, objetivando o internamento e assistência a doentes mentais.

2 — A celebração do referido Termo Aditivo de Renovação de Convênio, encontra amparo legal no artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, onde defere ao Governador competência, cabendo, por força do artigo 22, inciso VII, da mesma Carta, à Assembléia Legislativa referendá-lo, o que fazemos com o Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22 de agosto de 1973

Antônio Costa — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

(Assinaturas ilegíveis)



**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**P A R E C E R**  
**AO**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 59-73**

Autoria: Comissão de Constituição e Justiça

Súmula: Aprova termos de Convênio celebrado entre a Secretaria de Saúde Pública e o Sanatório Shangri-lá S.A., de Londrina.

I) — A Proposição em pauta, já foi apreciada e aprovada na Casa pela Comissão competente em matéria desta natureza.

II) — Problema de ordem financeira não deve existir, pois trata-se de Mensagem encaminhada pelo Poder Executivo, a quem compete a iniciativa de leis que tratam de matéria financeira.

III) — Assim sendo, o parecer desta Comissão é favorável à aprovação do Projeto de Resolução em epígrafe.

Sala das Comissões, em 18-09-73

(Ass. ilegível) — Presidente  
Gilberto Carvalho — Relator  
(Assinaturas ilegíveis)

**COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 59-73**

**P A R E C E R**

Referendar o Termo Aditivo de Renovação do presente convênio por esta Casa de Leis, é medida justa sob o ponto de vista jurídico e financeiro conforme pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e Finanças.

Quanto a esta Comissão de Saúde Pública, só tem a louvar o proposto no mesmo, tendo em vista os benefícios que trará com o internamento e assistência aos doentes mentais em nosso Estado.

Outro mérito que convém salientar, é o desafogamento que trará o atendimento por hospitais particulares aos doentes mentais, tendo em vista a precariedade de hospitais psiquiátricos subvencionados pelo Estado e para onde são enviados portadores de doenças mentais na maioria indigentes.

Pela aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 21 de setembro de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente  
Domício Scaramella — Relator

**MENSAGEM**  
62-73

Curitiba, 23 de julho de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e o Sanatório Shangri-lá S/A., da cidade de Londrina, objetivando o internamento e assistência a doentes mentais.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

**ESTADO DO PARANÁ**  
**SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA**  
**Seccional Jurídica**  
Curitiba, de de 197

Termo Aditivo de Renovação de Convênio que se celebra entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e o Sanatório Shangri-lá S/A., da cidade de Londrina, para internamento e assistência a doentes mentais.

Aos 15 (quinze) dias do mês de março do ano de 1973 (um mil novecentos e setenta e três), na sede da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná, à Rua Barão do Rio Branco, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes de um lado o Senhor Dr. Ivan B. Fontoura, Secretário de Saúde Pública do Paraná, e por outro lado a Sra. Irma Carolina de Moraes Nicolau, Diretora Presidente do Sanatório Shangri-lá, situado na cidade de Londrina, foi por ambos assinado o presente Termo Aditivo ao de Renovação firmado ao Convênio de 28 de janeiro de 1967, tendo em vista, a autorização Governamental sob n.º 05306 de 1.º de março de 1973, do Palácio do Governo, publicado no Diário Oficial do Estado sob n.º 34 de 23 de abril de 1973.

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** — Para o atendimento médico-hospitalar, a 4º (quarenta) doentes mentais, devidamente assistidos, a Secretaria de Saúde obriga-se a pagar ao Sanatório Shangri-lá S/A., a importância de Cr\$ 14,50 (quatorze cruzeiros e cinquenta centavos) por leito dia realmente ocupado, perfazendo mensalmente, a quantia de Cr\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos cruzeiros), totalizando anualmente a importância de Cr\$ 208.800,00 (duzentos e oito mil e oitocentos cruzeiros).

**CLÁUSULA SEGUNDA:** — A despesa decorrente do presente Convênio, correrá à conta da Dotação da Atividade — 3201 — 0104 — 2001 — Assessoramento Superior — Verba 3.1.0.0 — Despesa de Custeio — Consignação 3.1.4.0 — Encargos Diversos Subconsignação 3.1.4.017 — Acordos e Convênios, empenhada na Contadoria Central do Estado sob n.º 3118 e na Contadoria Seccional desta Pasta, sob n.º 403, no que se refere ao presente exercício.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** — O presente Termo Aditivo de Renovação vigorará por um ano a contar de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1973, podendo ser renovado e atualizado para os exercícios subsequentes.

**CLÁUSULA QUARTA:** — São mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas do Termo de Renovação de Convênio firmado em 28 de janeiro de 1967, protocolado sob o n.º 01700 de 30 de janeiro de 1967, do P.G., que ora se renova e que não colidirão com as condições deste Termo.

E por haverem assim justo e contratado o presente Termo Aditivo de Renovação de Convênio, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo Exmo. Sr. Secretário e a Diretora Presidente do Sanatório Shangri-lá de Londrina e demais testemunhas.

Dr. Ivan B. Fontoura — Secretário de Saúde Pública  
(Ass. ilegível)

p.p. Sra. Irma Carolina de Moraes — Dir. Pres. Sanat. Shangri-lá S/A.  
(Ass. ilegível) — Testemunha  
(Ass. ilegível) — Testemunha

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 63-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 196-73, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Instituto Brasileiro do Café, pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura (GERCA), objetivando a implantação do Instituto Agrônomo do Paraná. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 63-73**

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo, de 22 de fevereiro de 1973, ao Convênio celebrado em 29 de julho de 1970, entre o Governo do Estado e o Instituto Brasileiro do Café, pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura (GERCA), objetivando a implantação do Instituto Agrônomo do Paraná.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

E o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em 4-9-73

(aa) Antônio Costa — Presidente  
Quilse Crisóstomo da Silva — Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 196-73**

Com a proposição em exame, objetiva o Governo do Estado colher a aprovação desta Casa, para o Termo Aditivo, de 22 de fevereiro de 1973, ao Convênio celebrado em 29 de julho de 1970, entre o Estado do Paraná e o Instituto Brasileiro do Café, pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura (GERCA), para a implantação do Instituto Agrônomo do Paraná.

A medida atende imperativo constitucional estando, portanto, em condições de ser aprovada nos termos do Projeto de Resolução anexo.

E o parecer Sub-censura

Sala das Comissões, em 4-9-73

(aa) Antônio Costa — Presidente  
Quilse Crisóstomo da Silva — Relator  
(Assinaturas ilegíveis)

**P A R E C E R**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS**

1. Tratam os Autos de Projeto de Resolução n.º 63-73, ex-Proposição n.º 196-73, que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 29 de julho de 1970, entre o Governo do Estado do Paraná e o Instituto Brasileiro do Café, pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura (GERCA), objetivando a implantação do INSTITUTO AGRONÔMICO DO PARANÁ.

2. Havendo já a douda Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela constitucionalidade e legalidade da matéria em seu R. Parecer de fls., e tendo em vista os superiores objetivos a serem alcançados pelo Estado do Paraná na execução do referido Convênio e, ainda, sendo que as implicações de ordem financeira para sua concretização serão as naturais para tal tipo de cometimento, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Resolução testilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 18 de setembro de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente  
João C. Fadel — Relator  
(Assinaturas ilegíveis)

**MENSAGEM**  
53-73

Curitiba, 13 de junho de 1973

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 22 de fevereiro de 1973, ao Convênio celebrado em 29 de julho de 1970, entre o Governo do Estado e o Instituto Brasileiro do Café, pelo seu Grupo Executivo de Racionalização da Agricultura (GERCA), objetivando a implantação do Instituto Agrônomo do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
Governador do Estado

**INSTITUTO BRASILEIRO DO CAFÉ**  
**Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA**

**TERMO ADITIVO** ao Convênio para implantação do Instituto Agrônomo do Paraná, celebrado entre o Instituto Brasileiro do Café e o Governo do Estado do Paraná em 29 de julho de 1970.

O Instituto Brasileiro do Café, entidade autárquica federal, através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura — GERCA, representado neste ato por seu Presidente Doutor Carlos Alberto de Andrade Pinto e seu Diretor Doutor José de Paula Motta Filho doravante denominado simplesmente IBC e o Estado do Paraná, neste ato representado por seu Governador Professor Pedro Viriato Parigot de Souza, tem entre si justo e acordado celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio celebrado em 29 de julho de 1970, para implantação do Instituto Agrônomo do Paraná, convencionando o que se relaciona abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** — Ao valor dos recursos constantes do Convênio original, cláusula segunda, e acrescidos pela também segunda cláusula do Termo Aditivo de Retificação e Ratificação, celebrado em 23 de setembro de 1972, é acrescentada a importância de Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros) que serão fornecidos pelo IBC, à conta de depósito do Instituto Agrônomo do Paraná — IAPAR, na Agência do Banco do Brasil, na cidade de Londrina, no Estado do Paraná.

**CLÁUSULA SEGUNDA** — O presente Termo Aditivo fica fazendo parte integrante e complementar ao Termo de Convênio firmado em 29 de julho de 1970, a fim de juntos produzirem um só e único efeito de direito.

E, por estarem assim justos e acordados, firmam o presente contrato em três (3) vias de igual teor e para um só efeito.

Rio de Janeiro, 22-2-73

PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA  
CARLOS ALBERTO DE ANDRADE PINTO  
JOSÉ DE PAULA MOTTA FILHO

Testemunhas:

1. (Ass. ilegível)  
2. (Ass. ilegível)



1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 66-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 200-73, que aprova Termo Aditivo de Renovação de Convênio, celebrado entre a Secretaria dos Negócios da Saúde Pública e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S/A., da cidade de Ponta Grossa, objetivando o atendimento de doentes sem recursos, encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 66-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo de Renovação de Convênio, celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S.A., da cidade de Ponta Grossa, objetivando o atendimento de doentes sem recursos, encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente  
Antônio Lopes Jr. — Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO N.º 200-73

AUTOR: Governo do Estado

SÚMULA: Mensagem n.º 61-73, encaminhando cópia do Termo Aditivo de Renovação de Convênio entre a Secretaria da Saúde e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S/A., de Ponta Grossa.

#### PARECER

A presente Proposição constitui-se da Mensagem n.º 61-73, de 23 de julho p. passado, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia do Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria da Saúde Pública e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S/A., da cidade de Ponta Grossa, objetivando o atendimento de doentes sem recursos, encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental.

A medida encontra respaldo na Constituição do Estado, daí opinarmos pela sua aprovação, na forma do Projeto de Resolução anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente  
Antonio Lopes Jr. — Relator  
(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PARECER

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 66-73 — Ex-Proposição n.º 200-73

1 — O projeto ora em exame, de autoria da douta Comissão de Constituição e Justiça, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 61-73, encaminhando a esta Casa, para os fins constitucionais, cópia autêntica do Termo Aditivo de Renovação de Convênio, celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S.A., da cidade de Ponta Grossa, objetivando o atendimento de doentes sem recursos, encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental.

2 — Referida matéria já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

3 — Sobre esta proposição não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, quanto ao aspecto financeiro, razão pela qual nosso parecer é favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de outubro de 1973

(Ass. ilegível) — Presidente  
Gilberto R. Carvalho — Relator  
(Ass. ilegível)

#### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PARECER: É de conhecimento desta Casa de Leis, a precariedade no atendimento aos doentes vindos do interior para hospitalizarem-se nos Nosocomios mantidos pelo Estado, esta precariedade é motivada não só pelo pequeno número de estabelecimentos deste gênero como também pelo grande número de doentes mentais que já superlotam estes Nosocomios. E como se não bastasse, a maioria dessas pessoas são carentes de recursos e são encaminhadas a esta Capital passando então a criar sérios problemas aos órgãos de saúde do Estado.

Para sanar tal estado de quase calamidade, é que o Governo atualmente por meio de convênios vem procurando junto a hospitais particulares resolver esta situação com o internamento dos referidos doentes mentais. No campo assistencial e da saúde pública, medidas deste jaez, só podem merecer êxito, e esta Comissão de Saúde Pública dá seu parecer FAVORÁVEL.

Sala das Comissões, em  
Domício Scaramella — Vice-Presidente  
(Ass. ilegível) — Relator

#### MENSAGEM

Curitiba, 23 de julho de 1973

61-73

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia do Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 15 de março de 1973, entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S/A., da cidade de Ponta Grossa, objetivando o atendimento no Hospital supra referido de doentes sem recursos, encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa no exercício  
do cargo de Governador do Estado

#### ESTADO DO PARANÁ SECRETARIA DE SAÚDE PÚBLICA Seccional Jurídica

Curitiba, de \_\_\_\_\_ de 1973

Termo Aditivo de Renovação de Convênio que se celebra entre a Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública do Paraná e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S/A., da cidade de Ponta Grossa.

Aos 15 (quinze) dias, do mês de março, do ano de 1973, (um mil novecentos e setenta e três), na sede da Secretaria de Estado dos Negócios da Saúde Pública, à Rua Barão do Rio Branco, nesta cidade de Curitiba, presentes os Senhores Dr. Ivan B. Fontoura, Secretário de Saúde Pública do Paraná e o Sr. Tadeu Luiz Salles, Diretor Superintendente, do Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S/A, situado na cidade de Ponta Grossa, foi por ambos assinado o presente Termo Aditivo de Renovação de Convênio, que firmaram ao Termo de Convênio de 28 de março de 1967, objetivando o atendimento no Hospital supra referido de doentes sem recursos, encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental, conforme autorização aposte no Protocolo sob n.º 05308; de 1.º de março, de 1973, do Palácio do Governo, publicado no Diário Oficial do Estado, sob n.º 34 de 23 de abril de 1973.

CLÁUSULA PRIMEIRA: — Pelo atendimento médico-hospitalar, aos doentes mentais, devidamente assistidos, obriga-se a Secretaria de Saúde, a pagar mensalmente ao Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S/A., a importância de Cr\$ 14 50 (quatorze cruzeiros e cinquenta centavos) por leito dia, num total de 21 (vinte e um) leitos, perfazendo ao mês Cr\$ 9.135,00 (nove mil, cento e trinta e cinco cruzeiros), totalizando a importância anual de Cr\$ 109.620,00 (cento e nove mil e seiscentos e vinte cruzeiros).

CLÁUSULA SEGUNDA: — O presente Termo de Renovação, entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro a 31 de dezembro de 1973, podendo ser renovado e atualizado para os exercícios subsequentes.

CLÁUSULA TERCEIRA: — As despesas decorrentes do presente Convênio de Renovação, correrão pela Dotação da Atividade 3201 — 0104 — 2001 — Assessoramento Superior — Verba 3.1.0.0 — Despesas de Custeio — Consignação 3.1.4.0 — Encargos Diversos — Subconsignação 3.1.4.0.17 — Acordos e Convênios, empenhada sob n.º 3119 na Contadoria Central do Estado e n.º 404 na Contadoria Seccional desta Pasta, no que se refere ao presente exercício.

CLÁUSULA QUARTA: — Considerar-se-á rescindida a presente concessão se não forem cumpridas as cláusulas anteriores deste Convênio de Renovação, pelas partes celebrantes.

CLÁUSULA QUINTA: — São mantidas e ratificadas todas as demais cláusulas do Termo de Convênio firmado em 28 de março de 1967, protocolado sob n.º 04341 de 9 de março de 1967, do Palácio do Governo, que ora se renova e que não colidirem com as condições deste Termo.

E, por haverem assim justo e contratado este Termo de Renovação de Convênio, que depois de lido e achado conforme vai assinado pelo Exmo. Sr. Secretário e o Diretor Superintendente do Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha S/A, e demais testemunhas.

Dr. Ivan B. Fontoura — Secretário de Saúde Pública

Sr. Tadeu Luis Salles — Diretor Super. do Hospital Psiquiátrico  
Franco da Rocha S/A., de Ponta Grossa

(Ass. ilegível) — Testemunha  
Glaci Albuquerque — Testemunha

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 217-73, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que denomina Ginásio Estadual Dr. Lauro Portugal Tavares, o atual Ginásio Estadual de São Martinho, situado no Município de Rolândia. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.S.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 217-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica denominado Ginásio Estadual Dr. Lauro Portugal Tavares, o atual Ginásio Estadual de São Martinho, situado no município de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 1.º de outubro de 1973

(a) Xenofonte Villanueva

#### JUSTIFICATIVA

O Dr. Lauro Gentio Portugal Tavares, filho do Engenheiro Arlindo Tavares e de Dona Maria da Conceição Portugal Tavares, nasceu a 13 de maio de 1901 na cidade de Campo Largo, neste Estado.

Aos 12 anos de idade, teve a desventura de perder seu pai, com 38 anos, vítima de mal súbito. Daí então, começou a sua luta pela vida para manter a casa de sua mãe, entregando-se aos mais variados serviços braçais. Mais tarde, pelo desejo de progredir, foi forçado a se transferir para Curitiba, pois Campo Largo, na época, era um centro quase adormecido, sem as indústrias de hoje e vivendo da lavoura rudimentar. O seu primeiro trabalho na Capital do Estado, foi o de desempenhar modesta função em uma farmácia localizada na então Avenida Luiz Xavier. Nesse estabelecimento, mantinha consultório um dos mais afamados clínicos da cidade, o Professor Eurípedes Garcez do Nascimento, detentor da maior clínica de Curitiba e que necessitava de alguém que o auxiliasse no desempenho de serviços de enfermagem. Nasceu aí, entre ele e o afamado professor, uma sólida amizade que muito o ajudou a vencer as vicissitudes que a vida ainda estava a reservar-lhe.

Trabalhava durante o dia e estudava a noite para conseguir o curso básico que lhe daria entrada ao curso superior.

A princípio matriculou-se no Curso de Farmácia para mais tarde transferir-se para o de Medicina, onde se diplomou em 1935, pela então Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná.

Para custear os seus estudos, conseguiu ingressar na antiga Administração dos Correios e Telégrafos do Paraná, como postalista praticante, trabalhando na 4.a seção.

A sua mocidade, foi toda dedicada ao trabalho modesto e ao estudo.

Como médico da Polícia Militar do Estado, atingiu o posto de Coronel, participando como integrante da corporação as revoluções de 1930 e 1932 e também, na 2.a Grande Guerra de 1942 como membro do corpo médico da Região, tendo prestado os mais relevantes serviços à cidade de Curitiba, por ocasião de diversas epidemias que assolaram a Capital nessa época. Por várias e várias vezes, foi visto durante madrugadas e seguidas noites chuvosas, transportado por uma carroça do serviço de saúde militar, percorrendo os bairros mais distantes de Curitiba, para atender aos que reclamavam os seus dotes médicos humanitários, pois fazia aquilo pela vontade única de servir aos necessitados.

Procurado pelo saudoso paranaense, Governador Afonso Camargo para integrar a chapa de Deputados à Assembléia Constituinte de 1947 pelo Partido



Republicano, aceitou a candidatura, tendo sido eleito com grande votação representando Curitiba. Ingressou, assim, no velho Partido Republicano, cujo programa foi sempre o seu. Serviu a agremiação política, saída das barreiras da oposição, com amor, dedicação incansável e irrestrita lealdade, fazendo oposição num sentido construtivo, que objetivava unicamente o bem estar coletivo.

Como Deputado, na Assembléia Legislativa ou Constituinte, não perdeu ele o mesmo sentido de crítica honesta, de auto-crítica, de exame dos seus próprios atos, tendo sempre a coragem de defender com veemente entusiasmo os postulados do seu velho Partido Republicano, que enfatizava, não ter nascido nas ante-câmaras dos palácios governamentais, mas no seio do povo brasileiro. Se a Carta de Itú traçou novos rumos à racionalidade brasileira afogada pelas lutas no Segundo Império, plantando na Nação a Liberdade Republicana, o Dr. Lauro Portugal Tavares foi sem dúvida, a grande figura Republicana da Assembléia Paranaense, defendendo a implantação da Democracia no País, após a noite Ditatorial de tantos anos.

Por amor a causa pública lutou sempre, sendo constante a sua presença na Tribuna do velho Palácio Rio Branco. Deputado Estadual por duas legislaturas e Líder do velho PR, deixou os anais do Legislativo Paranaense enriquecidos de memoráveis discursos e trabalhos que o recomendam a gratidão do Paraná.

Autor do Estatuto dos Militares Paranaenses, conseguindo por aprovação unânime da emenda constitucional que deu a esses militares percentagens a seus vencimentos, através do cômputo dos anos de serviços, prestou inestimáveis serviços a Polícia Militar do Estado.

O ensino sempre mereceu seu especial carinho. Apresentou projetos criados nas Escolas de Filosofia, Ciências e Letras, nas cidades de Londrina, Ponta Grossa e Paranaguá. Bateu-se pela completa gratuidade do ensino em todo o Estado e propôs a redução do tempo de serviço para os professores na sua aposentadoria. O seu trabalho na Assembléia Constituinte de 47, foi notável.

Eleito Deputado Federal pelo Paraná, foi logo escolhido Vice-Líder Nacional do seu Partido Republicano pelo Presidente Artrur Bernardes, sendo em seguida eleito por unanimidade para a Vice-Presidência da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Assumiu por várias vezes a presidência de sua Comissão, o fazendo sempre através de grande entusiasmo, tendo a oportunidade de levar ao Plenário o Projeto de Diretrizes e Bases de Educação Nacional que as arrastava na Câmara dos Deputados por mais de 10 anos, apesar das inúmeras reações encontradas.

Foi um Deputado ativo e sempre presente nos mais acirrados debates para a solução dos importantes problemas Nacionais, e um representante a altura de um Estado Progressista e Universitário como o nosso.

Foi pelo seu esforço e dedicação, que se criou a Faculdade de Odontologia e Farmácia da Universidade do Paraná. O próprio ex-Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, reconheceu por várias vezes, de pronunciamiento próprio, que o Paraná deve ao Dr. Lauro Portugal Tavares, a criação da Escola de Arquitetura da nossa Universidade Federal e que tantos profissionais de renome nacional vem formando através dos anos que se sucedem.

O seu empenho em dotar a nossa Universidade de verbas sempre vultuosas que permitissem a edificação do seu enorme patrimônio atual, foi apreciável.

Aspecto bastante interessante de sua atuação política, foi o fato de que nunca estabeleceu barreira partidária. Atendia a todos como se fossem seus legítimos correligionários. Ao lado destas conquistas, o Dr. Lauro Portugal Tavares foi um Deputado conceituado pela sua extraordinária cultura e inteligência, tanto é que seus discursos constituíram sempre, peças de real valor. Um de seus inúmeros pareceres chegou mesmo a ser transcrito nos anais da Academia de Letras.

Não desejando mais disputar as eleições, afastou-se da política voluntariamente. A sua despedida na Câmara de Deputados, ao encerramento de seu mandato, foi uma apoteose de aplausos ao representante paranaense. Mario Martins falando em nome da UDN, afirmou que lamentava o seu afastamento da Câmara, porque dificilmente um Estado mandava ao Parlamento Brasileiro, um Deputado da envergadura moral e da cultura do Dr. Lauro Portugal Tavares.

Como médico, exerceu sua profissão como sacerdote.

Na qualidade de Professor da Faculdade de Medicina da nossa Universidade, lecionou por vários anos ao lado do Professor arcebispo do Nascimento, seu querido amigo, a cadeira de Farmacologia. A política, o afastou de suas atividades didáticas, perdendo a Universidade um grande Professor. Se a política às vezes anula vocações, ela fez do Dr. Lauro, um grande valor político do Paraná.

Foram muitos os cargos que o nosso biografado exerceu no Estado. Foi Presidente do Instituto dos Funcionários Públicos, atualmente Associação dos Servidores Públicos do Paraná, onde prestou à laboriosa classe, os mais assinalados serviços.

Foi Comandante da Guarda Civil do Paraná na época da interventoria federal do Sr. Manoel Ribas, reorganizando a corporação e criando vários serviços assistenciais, salientando-se a medida que inclui na Caixa de Seguros dos Funcionários do Estado, os integrantes daquela corporação, garantindo-lhes o amparo a família, pois antes de sua gestão os guardas civis não dispunham, nem ao menos do auxílio funeral.

Como Secretário de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, no Governo Bento Munhoz da Rocha Neto, o então Deputado Portugal Tavares se impôs à consideração do povo paranaense, imprimindo na Secretaria de Educação e Cultura do Estado, medidas de alto alcance para o ensino. O eminente prelado brasileiro, D. Geraldo de Proença Sigaud, atual Arcebispo de Diamantina, afirmou por diversas vezes que o Dr. Lauro Portugal Tavares na sua gestão, moralizou o ensino no Paraná. Foram por ele criados vários Departamentos e Divisões, destacando-se o Serviço de Educação Pré-Primária, que objetivava proporcionar à criança, entre outros benefícios, uma transição suave entre o lar e a escola primária, procurando atingir a família, esclarecendo-a em relação aos problemas da criança e aproximando mais as duas gerações para um melhor desempenho educacional.

Considerando a necessidade de seleção do professorado para funções em cargos técnicos de Direção e Administração, criou a Divisão de Expansão e Divulgação do Departamento de Educação, compreendendo os serviços de bolsas de estudos, concursos, serviço do livro didático, publicidade educacional, cinema educativo, intercâmbio e controle.

Foi sua lavra a criação de bibliotecas especializadas nos estabelecimentos oficiais e particulares de ensino.

Instituiu através de Decreto Estadual 12704 de 25 de maio de 1954, o ensino religioso nas escolas públicas do Estado.

Regulou o serviço escolar de educação artística, compreendendo as artes

plásticas, música e canto orfeônico e finalmente criou o teatro escolar.

Estabeleceu também, em linhas gerais, os encargos de publicidade educacional, ressaltando a distribuição de informação diária à imprensa a realização de programas educativos pelo rádio, precedendo com grande antecedência os nossos atuais programas do MOBIL.

Estabeleceu o primeiro curso de Educadoras Sanitárias dirigido pelo Professor Salustiano Ribeiro, eminente sanitarista que ao lado de outros dedicados médicos do Paraná, lecionaram gratuitamente para servir ao Estado.

Tecer considerações maiores sobre o comportamento político do nosso biografado seria desnecessário, pois o seu padrão de conduta é um paradigma para todos os paranaenses.

Como médico humanitário e dedicado aos mais altos postulados da ciência de Hipócrates, devem falar os seus clientes e os seus alunos, hoje médicos espalhados por todo o Brasil.

Resta-nos aqui deixar a consideração de todos, o tipo humano do eminente paranaense, Dr. Lauro Portugal Tavares, que honra os foros de cultura e de civilização de nossa terra.

A esse homem e ilustre paranaense, o nosso Estado deve o penhor da gratidão, manifestada palidamente no Projeto de Lei que apresentamos.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 217-73

I — O presente Projeto de Lei, de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, visa denominar "GINÁSIO ESTADUAL DR. LAURO PORTUGAL TAVARES" o atual Ginásio Estadual de São Martinho, situado no município de Rolândia.

II — O projeto vem instruído e justificado exaustivamente, tudo de acordo com o Regimento Interno, e não vemos qualquer impedimento de ordem legal e constitucional.

Somos pela aprovação.

Sala das Comissões, em 10 de outubro de 1973

(ca) (Ass. Ilegível) — Presidente

Antônio Lopes Júnior — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### Parecer ao Projeto de Lei n.º 217-73

Autor: Deputado Xenofonte Villanueva

O presente Projeto de Lei, está plenamente justificado e já recebeu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Somos pela sua aprovação. É o parecer.

a) Dep. Antônio Lopes Júnior — Presidente e Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 221-73, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que institui gratificação especial de 40% sobre os respectivos vencimentos, aos servidores que operam com Raios "X" e substâncias radioativas. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.S.P. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 221-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica instituída uma gratificação especial, correspondente a 40% sobre os respectivos vencimentos, em favor dos servidores que operam direta e exclusivamente com Raios "X" e substâncias radioativas, próximos às fontes de irradiação.

Art. 2.º — São beneficiários da gratificação de que trata o art. anterior:

a) — os ocupantes dos cargos da série de classe de "Médico", portadores de certificado de Radiologia devidamente registrado no Serviço Nacional de Fiscalização de Medicina e Conselho Regional de Medicina;

b) — os ocupantes dos cargos da série de "Cirurgião-Dentista", portadores de certificado de Radiologia dentária devidamente inscritos no Serviço Nacional de Fiscalização da Odontologia e Conselho Regional de Odontologia;

c) — os demais servidores que também operem direta e exclusivamente com Raios "X" e substâncias radioativas próximos às fontes de irradiação, portadores de certificado de "Operador de Raios "X" devidamente registrados nas repartições sanitárias competentes.

Art. 3.º — Não serão abrangidos por esta Lei:

a) — os servidores estaduais que, no exercício de tarefas assessorias ou auxiliares, fiquem expostos às irradiações apenas em caráter esporádico, eventual ou ocasional, por não executarem serviços exclusivos neste sentido;

b) — os servidores que, embora enquadrados no disposto no art. 1.º desta Lei, estejam afastados do exercício de suas atribuições normais, exceto nos casos de férias, licença prêmio, casamento, luto, convocação para júri, licença para tratamento de saúde, licença para gestação, licença por motivo de acidente ou moléstia adquirida em serviço, doenças em pessoa da família devidamente comprovada por laudo médico oficial, missão ou estudo de interesse da administração, quando o afastamento tiver sido autorizado pelo Governo do Estado.

Art. 4.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de outubro de 1973

(a) Xenofonte Villanueva

#### JUSTIFICATIVA:

Os médicos, cirurgiões-dentistas e demais funcionários do serviço público federal, que operam com Raios "X" e substâncias radioativas, somente os que se encontram nesta situação, percebem desde o advento da Lei n.º 1234, de 14 de novembro de 1950, até a presente data, sem qualquer interrupção, uma gratificação especial correspondente a 40% sobre os respectivos vencimentos.

A Revolução de 31 de março de 1964, que tantas modificações introduziu na vida pública brasileira, inclusive no setor do funcionalismo, manteve essa gratificação, paga pelo exercício do cargo em condições que expõe seus ocupantes a graves riscos de saúde e de vida.

Em nosso Estado, dispositivos legais atribuíram a várias categorias profissionais outras gratificações pelo "risco de vida", calculada na base de 1/3 dos respectivos vencimentos. Infelizmente porém, o benefício foi sendo indiscriminadamente concedido, por força de inúmeros outros diplomas legais, a servidores que pouco ou nenhum risco sofriam, de tal modo que, diante dos verdadeiros abusos que essas benesses representavam, a administração viu-se obrigada através da Lei n.º 4544 de 31 de janeiro de 1962 a "congelar" dita gratificação nos níveis então percebidos.

Mas essa drástica medida, se por um lado extinguiu favores de legitimidade duvidosa, veio também prejudicar os servidores que faziam jus a este benefício, pois estão expostos todos os dias, em caráter permanente portanto, a irradiações.

O Projeto apresentado, visa instituir em favor dos servidores que operam



exclusivamente com Raios "X" e substâncias radioativas, quando em efetivo exercício de suas funções, uma gratificação idêntica aquela que vem sendo paga desde 14 de novembro de 1950, sem qualquer interrupção, ao funcionalismo público federal em idêntica situação funcional.

A justiça dessa concessão é manifesta: os beneficiários da Previdência Legislativa para proposta, estão expostos permanentemente à irradiações nocivas a sua saúde que conferem riscos de lesões graves e incuráveis, estabelecendo como é fartamente comprovado pelas estatísticas, apreciável redução do nível médio de vida.

Nada mais justo portanto, que tenham pequeno acréscimo aos vencimentos que recebem, isso pelo muito que fazem em favor de milhares e milhares de outros servidores públicos e suas famílias.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N.º 221-73

AUTOR: Deputado XENOFONTE VILLANUEVA

#### PARECER

De autoria do nobre Deputado XENOFONTE VILLANUEVA, o presente Plano de Lei visa instituir uma gratificação especial, correspondente a 40% sobre os respectivos vencimentos, em favor dos servidores que operam direta e exclusivamente, com Raios "X" e substâncias radioativas, próximos às fontes de irradiação.

O autor da Proposição enumera no Plano de Lei os beneficiários da gratificação acima referida, como também os servidores que não serão abrangidos pelo benefício.

Sendo oportuna a iniciativa e pelo alto alcance que a medida se propõe, opino pela APROVAÇÃO do Projeto para posterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1973.

(aa) Antônio Costa — Presidente.

Deputado Nelson Buffara — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

#### PARECER

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 221-73, de autoria do nobre Deputado Xenofonte Villanueva, que institui gratificação especial de 40% (quarenta por cento) sobre os respectivos vencimentos, aos servidores que operam com Raio "X" e substâncias radioativas, e dá outras providências.

2. Havendo já a douta Comissão de Constituição e Justiça em seu R. Parecer de fls. se pronunciado pela legalidade e constitucionalidade da matéria e sendo evidente que a mesma trata de assunto do máximo interesse para a administração pública, eis que, instituindo-se a gratificação prevista estar-se-á fazendo justiça à numerosa parcela de funcionários que exercem suas atividades em condições de constante risco de saúde e, por isso mesmo, tem direito a que militem em seu favor o benefício proposto — de resto já adotado em âmbito federal —, que lhes outorgue sob o aspecto financeiro, compensação ante a possibilidade de virem a sofrer lesões graves e incuráveis; e, finalmente, considerando-se que as implicações de ordem financeira que advirão da transformação da proposição em lei são daquelas cuja natureza compete ao Poder Público responsabilizar-se por seu elevado sentido social, não vê, esta Comissão de Finanças no âmbito que lhe é próprio, como deixar de manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Lei em testilha.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer. s.m.j.

Sala das Comissões, 30 de outubro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado João C. Fadel — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

##### COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

##### PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 221-73

Quando o indivíduo no exercício de seu cargo ou função, expõe-se a graves riscos de saúde e de vida, é obrigação do empregador dar-lhe todo o amparo legal que a legislação de nosso País prevê em tais casos, não só amparando-o com exames médicos preventivos, como oferecendo-lhe maior amparo financeiro ao desempenharem cargos onde ocorre Risco de Vida.

No campo da saúde é sabido e notório, que o manuseio com aparelhos de Raio X e substâncias radioativas traz risco de lesões graves e incuráveis, pois o indivíduo está permanentemente exposto a irradiações nocivas à sua saúde.

Estatísticas têm nos comprovado a apreciável redução do nível de vida médio daqueles que nos Laboratórios, Hospitais e Ambulatórios ou no exercício da Medicina, adquiriram ou pereceram de moléstias radioativas e de lesões incuráveis no desempenho de suas funções.

Assim sendo, esta Comissão de Saúde Pública tem obrigações de alertar, resguardar e dar seu apoio total e incontestante aos servidores que na mais digna labuta manuseiam com aparelhos de Raio X e substâncias radioativas e dá seu parecer: Favorável.

Sala das Comissões, em 5 de novembro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

(Assinatura ilegível) — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1. a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 248-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 89-73, encaminhando anteprojeto de Lei que visa regulamentar a Norma Constitucional constante do artigo n.º 148 da Constituição Estadual. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. Em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

##### MENSAGEM 89-73

Curitiba, 10 de outubro de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que visa regulamentar a norma constitucional constante do art. 148 da Constituição Estadual.

2. O dispositivo que se pretende disciplinar a execução por meio de lei, é reprodução de idêntica prescrição da Carta Magna do Brasil, que assegura uma

série de direitos, deferidos aos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante do Brasil, que efetivamente participaram de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial.

3. A União deu execução à norma Constitucional, com a publicação da Lei n.º 5.315, de 12 de setembro de 1967, cujo texto, pela sua idêntica natureza, serviu de base à elaboração do anteprojeto de lei que ora submeto à elevada consideração dessa Casa.

4. Assim a regulamentação ora proposta cuida da matéria com o máximo detalhe e maior clareza, de forma a instituir um diploma legal, contendo definições e normas processuais com o fim de criar uma dinâmica que ofereça condições práticas para a solução imediata dos problemas dos ex-combatentes que buscam no Estado algum meio que lhes permita amenizar a sua subsistência.

5. O anteprojeto proposto, atendendo unicamente ao que dispõe o texto constitucional conceitua o ex-combatente, estabelece os meios de prova, regula a estabilidade funcional assegura o aproveitamento no serviço público, concede aposentadoria aos 25 anos de serviço, dispõe sobre o direito de promoção, de assistência médica, educacional, assim como a concessão de adicionais e isenção do imposto de transmissão.

6. Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano do Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25, da Constituição Estadual.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa, merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES — Governador do Estado.

##### ANTEPROJETO DE LEI N.º 248-73

Art. 1.º — Considera-se ex-combatente para efeito da aplicação do artigo 148, da Constituição do Estado, todo aquele que tenha participado efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial, como integrante da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante do Brasil e que no caso de militar, haja sido licenciado do serviço ativo e com isso retornado à vida civil definitivamente.

§ 1.º — A prova da participação efetiva em operações bélicas será feita mediante documento expedido pelos Ministérios Militares:

a) no Exército:

I — o diploma da Medalha de Campanha ou o certificado de ter servido no Teatro de Operações da Itália, para o componente da Força Expedicionária Brasileira;

II — o certificado de que tenha sido integrante da guarnição das ilhas oceânicas de Fernando Noronha e Trindade durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

b) na Aeronáutica:

I — o diploma da Medalha de Campanha da Itália, para o seu portador, ou o diploma da Cruz de Aviação para os tripulantes de aeronaves engajados em missões de patrulha.

c) na Marinha de Guerra e Marinha Mercante:

I — o diploma de uma das Medalhas Navais do Mérito de Guerra, para o seu portador, desde que tenha sido tripulante de navio de guerra ou mercante, atacados por inimigos ou destruídos por acidente, ou que tenha participado de comboio de transporte de tropas ou de abastecimento, durante a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial;

II — o diploma de Medalha de Campanha da Força Expedicionária Brasileira;

III — o certificado de ter participado das operações especificadas nos itens I e II, alínea "c", § 2.º do presente artigo.

§ 2.º — A prova de ter servido em Zona de Guerra não autoriza o gozo das vantagens previstas nesta Lei.

Art. 2.º — É estável o ex-combatente servidor público civil do Estado.

Art. 3.º — O Estado aproveitará, mediante nomeação nos cargos públicos vagos, iniciais de carreira ou isolados, independentemente de concurso, os ex-combatentes que o requerem, mediante apresentação de comprovante que os qualifique para o exercício do cargo, ou mediante prova individual de capacidade para os demais.

§ 1.º — Os que não quiserem submeter-se à prova, ou forem nela inabilitados, serão aproveitados em classe condizente com a sua capacidade de trabalho.

§ 2.º — O requerimento de que trata este artigo será dirigido à autoridade competente para a nomeação.

Art. 4.º — Nenhuma nomeação será feita se houver ex-combatente que tenha requerido o seu aproveitamento no serviço público e esteja em condições de exercer o cargo inicial para cujo provimento foi realizado concurso.

Parágrafo único — Aberto o concurso e durante o prazo estabelecido para a inscrição dos candidatos, os ex-combatentes deverão requerer o seu aproveitamento para efeito do disposto neste artigo.

Art. 5.º — Ao ex-combatente que, no ato da posse, vier a ser julgado definitivamente incapaz para o serviço público ser-lhe-á concedida a pensão de que trata a Lei n.º 1.095, de 7 de janeiro de 1953, desde que comprove não ter rendimento que lhe assegure a subsistência.

Art. 6.º — Exclui-se do aproveitamento o ex-combatente que tenha em sua folha de antecedentes o registro de condenação penal por mais de dois anos; ou mais de uma condenação e pena menor por qualquer crime doloso.

Art. 7.º — O ex-combatente já aproveitado e os que vierem a sê-lo não terão direito a novos aproveitamentos.

Art. 8.º — Somente será aposentado com 25 (vinte e cinco) anos de serviço público o servidor público civil que o requerer, satisfeitos os requisitos do artigo 1.º desta Lei.

Art. 9.º — Ao ex-combatente, funcionário civil, fica assegurado o direito à promoção após o interstício legal e se houver vaga.

Parágrafo único — Nas promoções subsequentes, o ex-combatente terá preferência, em igualdade de condições de merecimento ou antiguidade.

Art. 10 — O ex-combatente, sem vínculo empregatício com o serviço público, carente de recursos, que contraiu ou vier a contrair moléstia incurável, ou não, poderá requerer sua internação em organizações hospitalares, civis ou militares, do Governo Estadual.

Parágrafo único — O serviço médico civil ou militar mais próximo da residência do requerente providenciará sua internação, fornecendo a passagem para o local onde ela for possível.

Art. 11 — Nos educandários oficiais do Estado os ex-combatentes e seus filhos são dispensados das taxas e emolumentos de matrícula ou anuidade, mediante requerimento ao respectivo diretor com as provas necessárias.

Art. 12 — O disposto nesta Lei se aplica aos órgãos da administração em geral e das autarquias estaduais.



Art. 13 — Ao ex-combatente funcionário público será concedido o acréscimo de adicionais de que trata o artigo 70, item II, da Constituição Estadual, na razão de 5% (cinco por cento) por ano excedente de 25 anos de serviço até completar 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 14 — O ex-combatente é isento do imposto de transmissão na aquisição de imóvel para sua moradia, mediante prova de que não possui outro para o mesmo fim.

Art. 15 — As certidões ou atestados fornecidos pela instituição associativa dos ex-combatentes, será documento hábil para a obtenção dos benefícios previstos nos artigos 9.º, 11 e 14 desta Lei.

Art. 16 — As pensões de que trata a Lei n.º 1.095, de 7-1-53 ficam elevadas para Cr\$ 100 00 (cem cruzeiros) mensais.

Art. 17 — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18 — Revogam-se as disposições em contrário.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

### PROJETO DE LEI N.º 248-73

#### PARECER

O Projeto de Lei enfocado, origina-se da Mensagem Governamental n.º 89-73, submetendo à apreciação deste Poder Legislativo matéria que visa regulamentar a norma constitucional constante do artigo 148 da Constituição Estadual.

Segundo a Mensagem Governamental, o dispositivo que se pretende disciplinar a execução por meio de Lei, é reprodução de idêntica prescrição da Constituição Federal, a qual assegura uma série de direitos deferidos aos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira, da Força Aérea Brasileira, da Marinha de Guerra e da Marinha Mercante do Brasil, que efetivamente participaram de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial.

Ainda segundo a Mensagem referida, com a publicação da Lei n.º 5.315, de 12 de setembro de 1967, a União deu execução à norma Constitucional, cujo texto, pela sua idêntica natureza, serviu de base à elaboração do presente Projeto.

A matéria obedece rigorosamente o texto constitucional acima mencionado, conceitua o ex-combatente, estabelece os meios de prova, regula a estabilidade funcional, assegura o aproveitamento no serviço público, concede aposentadoria aos 25 anos de serviço, dispõe sobre o direito de promoção de assistência médica, educacional, assim como a concessão de adicionais e isenção do imposto de transmissão.

Vemos, portanto, que a matéria visa unicamente regulamentar o mencionado dispositivo constitucional já prescrito na Carta Magna do Brasil, sendo a iniciativa das mais louváveis considerando o interesse que a matéria apresenta para os heróis da Segunda Guerra Mundial.

Oportuno, justíssimo, opinio pela APROVAÇÃO do Projeto, para posterior trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 1.º de outubro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Antonio F. F. da Costa

Relator (Assinaturas ilegíveis)

## COMISSÃO DE FINANÇAS

### PROJETO DE LEI N.º 248-73

#### PARECER

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 248-73 que visa regulamentar a norma constitucional constante do Artigo 148, da Constituição Estadual, encaminhado através Mensagem Governamental n.º 89-73, de 10 de outubro de 1973.

2. A douta Comissão de Constituição e Justiça pronunciou-se, às fls., em seu R. Parecer, pela constitucionalidade e juridicidade da proposição.

3. Esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio e tendo em vista os superiores objetivos do Projeto de Lei testilhado, e considerando, ainda, que sua aprovação não implicará maiores responsabilidades de ordem financeira ao Poder Público, não vê como deixar de manifestar-se favoravelmente ao mesmo.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, 20 de novembro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado João C. Fadel — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Burigo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia em Regime de Urgência, do Projeto de Resolução n.º 77-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro Presidente do Egrégio Tribunal Superior Eleitoral, no sentido de que se digne manter sejam tomadas providências cabíveis para distribuição das quotas a que fazem jus os partidos políticos. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente solicitando voto de repúdio ao Sr. Senador Petrólio Portela, pelas suas recentes declarações, alegando falta de idoneidade aos partidos políticos para administração de recursos do fundo partidário. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado novo expediente ao Sr. Governador do Estado para que seja renovado apelo junto ao Sr. Prefeito Municipal visando uma reformulação legislativa de órbita municipal, após estudo do assunto por técnicos que seria uma atualização do Código de Edificações, tendo como objetivo, a segurança popular. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 26, à Hora Regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.º 50-73 e de Lei n.º 224-73.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nrs. 55-73, 59-73, 63-73, 66-73 e de Leis nrs. 217-73 221-73 e 248-73.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 150-73.

Levanta-se a Sessão.

## ATAS DAS COMISSÕES:

### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 7.ª LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 31.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 194-72 — de autoria do Deputado Borsari Neto, que inclui no art. 129, da Lei n.º 6.174, de 16-11-70, o inciso que especifica. (Computa para todos os efeitos legais o tempo de serviço extraordinário). PROJETO DE LEI N.º 08-73 — de autoria do Deputado Maurício Fruet, que declara de utilidade pública a Igreja Presbiteriana de Curitiba, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 112-73 — de autoria do Deputado Antônio Belinati, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, padronizar uniformes usados nas escolas públicas da Rede Estadual de Ensino, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 138-73 — de autoria do Deputado Quiesle C. da Silva, que declara de utilidade pública, a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antônio, com sede em Bocaiúva do Sul. PROJETO DE LEI N.º 162-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 67-73, encaminhando anteprojeto de lei que reconhece de utilidade pública a Associação dos Servidores Públicos do Paraná, e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 197-73 — de autoria do Deputado Antônio Belinati, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. João Milanez. PROJETO DE LEI N.º 228-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 84-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar no serviço público estadual, a categoria de Pessoal Suplementar. PROJETO DE LEI N.º 249-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 94-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva autorização para contrair empréstimos, dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraiados pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, ou pelos órgãos da administração direta ou indireta, Bancos ou Sociedades de Economia Mista, conforme especifica. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotomaior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) Gilberto Carvalho — Presidente

a) Lélío G. Sotomaior — Secretário

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 194-72

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º. O artigo 129, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar acrescido do inciso seguinte:

"Art. 129. ....

III — O tempo correspondente à prestação de serviços extraordinários, por designação do Chefe da Repartição, na forma regulamentar".

Art. 2.º. O artigo 175, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Art. 175. ....

Parágrafo único. O funcionário a quem foi ou for cometida a designação para prestação de serviços extraordinários, a requerimento seu, instruído com os comprovantes de efetivo exercício, terá computado para todos os efeitos legais, os respectivos períodos, respeitando-se, para a conversão, os critérios estabelecidos no artigo 132".

Art. 3.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-11-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Antônio Lopes Jr. — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 08-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Igreja Presbiteriana Independente de Curitiba, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-11-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Antônio Lopes Jr. — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 112-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º. Ficam padronizados todos os uniformes usados nas escolas públicas da rede estadual de ensino, atendendo-se as condições climáticas de cada região.

Art. 2.º. A fixação do tipo dos uniformes ficará a cargo de uma Comissão Especial da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 3.º. Nenhum estabelecimento de ensino público poderá estabelecer qualquer outro uniforme paralelo, sem que haja a devida aprovação da Comissão Especial de que trata o artigo 2.º.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-11-73

a) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Antônio Lopes Jr. — Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 138-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º. Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Filantrópica do Hospital Santo Antônio, com sede e foro na cidade de Bocaiúva do Sul, Município do mesmo nome.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-11-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Antônio Lopes Jr. — Relatores



## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 162-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º. A Associação dos Servidores Públicos do Paraná, pessoa jurídica de direito privado, com sede e foro na Capital do Estado, na qualidade de órgão oficial de representação da classe, conforme dispõe o artigo 342, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, é considerada de utilidade pública, e se lhe asseguram todos os direitos e prerrogativas mencionados na Lei Federal n.º 1.134, de 15 de junho de 1950.

Art. 2.º. Fica a mesma reconhecida como pessoa consignatária junto aos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, bem como junto aos Poderes Legislativo e Judiciário, Tribunal de Contas, Polícia Militar e empresas de natureza estatal para efeito de descontos em folha de vencimentos e salários, mediante autorização expressa de funcionários ou empregados de qualquer regime jurídico, ativo, inativo ou em disponibilidade, que se refiram a mensalidades sociais, seguros de vida ou operações resultantes de assistência financeira, social, médico-hospitalar e outros, inclusive fiança de aluguel.

Art. 3.º. O disposto no parágrafo 2.º, do artigo 342, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, aplica-se ao Secretário da Associação dos Servidores Públicos do Paraná.

Art. 4.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 14-11-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Antônio Lopes Jr. — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 197-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor João Milanez.

Art. 2.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-11-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Antônio Lopes Jr. — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 228-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar no Serviço Público Estadual, a categoria de Pessoal Suplementar, para o desempenho de trabalhos e tarefas complementares aos dos cargos ocupados por funcionários públicos.

Art. 2.º. O Pessoal Suplementar será sempre admitido ou reconduzido para o exercício financeiro e perceberá salário na base da jornada semanal de trabalho efetivamente realizado.

Parágrafo único. No salário que perceber em cada mês o Pessoal Suplementar fará jus aos dias em que não houver expediente oficialmente declarado, desde que tenha comparecido ao serviço durante os demais dias da respectiva semana.

Art. 3.º. O Pessoal Suplementar será admitido ou reconduzido nas categorias de PS-1 (braçal); PS-2 (auxiliar) e PS-3 (profissional).

Parágrafo único. A especificação funcional de cada categoria de Pessoal Suplementar, far-se-á mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4.º. O salário mensal do Pessoal Suplementar, determinado em função da jornada semanal de trabalho, de 24, 32 ou 40 horas, tem por base o salário mínimo fixado para a Capital do Estado, na seguinte proporção:

| CATEGORIA | JORNADA SEMANAL<br>(n.º de horas) | SALÁRIO MENSAL       |
|-----------|-----------------------------------|----------------------|
| PS-1      | 24                                | 0,6 salário mínimo   |
| PS-1      | 32                                | 0,8 salário mínimo   |
| PS-1      | 40                                | 1,0 salário mínimo   |
| PS-2      | 24                                | 0,9 salário mínimo   |
| PS-2      | 32                                | 1,2 salários mínimos |
| PS-2      | 40                                | 1,5 salários mínimos |
| PS-3      | 24                                | 1,2 salários mínimos |
| PS-3      | 32                                | 1,6 salários mínimos |
| PS-3      | 40                                | 2,0 salários mínimos |

Art. 2.º. Além do salário previsto no artigo anterior, o Pessoal Suplementar poderá perceber o salário família e diárias.

Art. 6.º. O salário família e a tabela de diárias devidos ao Pessoal Suplementar será fixado por decreto, a ser baixado pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 7.º. Ao Pessoal Suplementar cabem as seguintes licenças:

I — para tratamento de saúde;

II — quando acidentado no exercício de suas atribuições;

III — quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia, cegueira, lepra, paralisia e cardiopatia grave;

IV — quando convocado para o serviço militar;

V — à gestante.

Art. 8.º. O Pessoal Suplementar terá direito aos seguintes afastamentos com remuneração:

I — 20 (vinte) dias consecutivos de férias, depois de cada ano de efetivo exercício;

II — 8 (oito) dias por motivo de casamento, ou luto por falecimento de cônjuge, filho, pai, mãe ou irmão;

III — 2 (dois) dias para cumprir obrigações eleitorais;

IV — 1 (um) dia para registro civil dos filhos.

Art. 9.º. É proibido a acumulação de férias e levar à sua conta qualquer falta ao trabalho.

Art. 10. Após um período de carência de 3 (três) anos de efetivo exercício, poderá ser concedida aposentadoria ao Pessoal Suplementar e pensão aos seus herdeiros, em caso de falecimento.

§ 1.º. A Aposentadoria será concedida:

a) — compulsoriamente, quando atingir a idade de 70 (setenta) anos;

b) — a requerimento, independentemente de inspeção de saúde, se contar com mais de 35 (trinta e cinco) anos de serviço se do sexo masculino e 30 (trinta) anos se do sexo feminino;

c) — quando verificada a sua invalidez para o serviço público;

d) — quando inválido, em consequência de acidente ou agressão não provocada, no exercício de suas atribuições ou de doença profissional;

e) — quando acometido de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia cardiopatia grave e outras moléstias que a Lei indicar, na base de conclusões da medicina especializada;

f) — quando, depois de haver gozado 24 (vinte e quatro) meses consecutivos de licença para tratamento de saúde, se verificar não estar em condições de reassumir o exercício do cargo.

§ 2.º. Nos casos das alíneas "c", "d", "e" e "f", serão dispensados do período de carência de que trata este artigo.

Art. 11. Os proventos de aposentadoria do Pessoal Suplementar serão integrais:

I — para os que contarem 35 (trinta e cinco) anos de serviço público estadual se do sexo masculino e 30 (trinta) anos se do sexo feminino;

II — para os que se invalidarem por acidente ocorrido em serviço, por moléstia que esteja relacionada na alínea "e" do § 1.º, do artigo anterior.

Art. 12. Os proventos de inatividade nos demais casos, além dos previstos no artigo anterior, serão proporcionais ao tempo de serviço, na razão de 1/35 (um trinta e cinco) avos para os homens e de 1/30 (um trinta) avos para as mulheres, por ano de serviço.

Art. 13. Os integrantes das categorias de Pessoal Suplementar gozarão dos favores do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado — IPE, para o que ficam sujeitos à contribuições a serem fixadas em Decreto.

Art. 14. Em cada Secretaria de Estado, Departamento Autônomo, Autarquia e nos demais Poderes do Estado, poderá haver uma Tabela de Pessoal Suplementar, aprovada pelo Governador do Estado, com a indicação de número, categoria, jornada semanal de trabalho e o salário diário correspondente, observando-se, na sua criação ou alteração, o limite das dotações orçamentárias próprias.

Art. 15. Nenhuma admissão ou recondução de Pessoal Suplementar poderá ocorrer sem prévia aprovação do Governador do Estado e publicação no Diário Oficial, da Tabela a que se refere o artigo anterior.

Art. 16. Cabe ao Secretário de Estado, ao Diretor de Departamento Autônomo, ao Dirigente de Autarquia e aos Presidentes dos demais Poderes do Estado, baixar os atos necessários à Administração do Pessoal Suplementar, ocupante das categorias previstas na respectiva Tabela, enviando cópia de cada ato ao respectivo Órgão Central de Pessoal, para efeito de controle e publicação no Diário Oficial.

Art. 17. Será feita, no início de cada exercício financeiro, a revisão das Tabelas de Pessoal Suplementar dos órgãos referidos no artigo 16, desta Lei.

Parágrafo único. Esta revisão compreenderá a recondução do Pessoal Suplementar considerado indispensável, a inclusão de novas funções e dos nomes propostos, a vigorar a partir do exercício financeiro, respeitada sempre a dotação orçamentária própria.

Art. 18. Cabe ao Órgão Central de Pessoal manifestar-se sobre as condições de admissão do Pessoal Suplementar, quanto à natureza das atividades a serem desempenhadas, às relações de emprego, à equivalência, semelhança e correspondência de encargos e obrigações, à seleção e outros aspectos de administração do Pessoal.

Art. 19. O Pessoal Suplementar não poderá ser desviado para serviços diferentes daqueles para que foi admitido.

Art. 20. No prazo de 90 (noventa) dias contados da data da publicação desta Lei, será baixado decreto de sua regulamentação.

Art. 21. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-11-73

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Antônio Lopes Jr. — Relatores

## REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 249-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D e c r e t a :

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos ou a dar garantia, fiança ou aval aos empréstimos contraidos ou que venham a ser contraidos pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, ou pelos seus órgãos da Administração Direta ou Indireta inclusive pelos Bancos, ou Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário, com o Banco Nacional da Habitação — BNH, até o montante de 2.650.000 UPCE (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil Unidades Padrão de Capital) do BNH, correspondentes, nesta data, a Cr\$ 206.355.500,00 (duzentos e seis milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros) destinados à aplicação em programas e projetos aprovados pelo mesmo Banco e que atendam a uma ou mais das seguintes finalidades:

I — Realização de obras de infra-estrutura, de equipamentos comunitários nos conjuntos habitacionais existentes e nos que venham a ser construídos no Estado do Paraná, pelos Agentes do Sistema Financeiro da Habitação — SFH, especialmente a Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR.

II — Ampliação da oferta da habitação de interesse social, mediante a construção de unidades habitacionais ou outras formas previstas no Sistema Financeiro da Habitação, inclusive quanto à aquisição de terrenos.

III — Contratação ou execução de obras e serviços que permitam atender à demanda habitacional, na faixa de interesse social, ou melhorar as condições de habitabilidade dos conjuntos existentes.

Art. 2.º. Os empréstimos de que trata o artigo anterior, subordinar-se-ão às condições e aos prazos constantes das normas operacionais do Banco Nacional da Habitação — BNH, inclusive quanto à incidência da correção monetária.

Art. 3.º. As operações de crédito previstas nesta Lei poderão ser contratadas pelo Governo do Estado, ou pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta Estadual inclusive pelos Bancos, ou Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário, ficando o Poder Executivo autorizado a garantir-las mediante a vinculação de qualquer item da sua receita orçamentária.

§ 1.º — Para a efetivação da garantia de que trata este artigo o Poder Executivo fica autorizado a outorgar ao Banco Nacional da Habitação — BNH através de mandato nos próprios instrumentos contratuais, os poderes bastantes para que as garantias sejam prontamente exequíveis, no caso de inadimplimento.

§ 2.º — Os poderes previstos neste artigo só poderão ser usados pelo Banco Nacional da Habitação — BNH, na hipótese do Governo do Estado ou da Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, ou dos órgãos da Administração Direta ou Indireta Estadual não terem efetuado, no vencimento, o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos assinados.



Art. 4.º. Os contratos e convênios relacionados com os empréstimos e garantias de que trata esta Lei, bem como seus aditivos, poderão ser firmados pelo Governo do Estado, ou pela Companhia de Habitação do Paraná — COHAPAR, pelos órgãos da Administração Direta ou Indireta Estadual, inclusive pelos Bancos e Sociedades de Economia Mista em que o Governo do Estado seja acionista majoritário, mediante intervenção do Governo do Estado, que poderá ser representado através da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 5.º. A execução do disposto nos artigos anteriores poderá efetivar-se em uma ou mais operações, e em qualquer data, até que seja atingido o montante fixado no artigo primeiro.

Art. 6.º. Para os empréstimos realizados diretamente pelo Governo do Estado, o Poder Executivo fará incluir nas propostas orçamentárias anuais, inclusive as relativas ao Orçamento Plurianual de Investimentos, dotações suficientes à cobertura das responsabilidades financeiras do Estado, decorrentes do cumprimento desta Lei.

Art. 7.º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14-11-73.

aa) Gilberto Carvalho — Presidente

Iris Caldart — Antônio Lopes Jr. — Relatores

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### 7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 9.a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezanove dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Reuniões, às 14,30 (quatorze e trinta) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielise C. da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, Álvaro Dias e João C. Fadel. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foi relatado o seguinte projeto: PROJETO DE LEI N.º 194-73 — de autoria do Senhor Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município da Lapa, o imóvel de propriedade do Estado, situado na sede do referido Município conforme especifica. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável. Entretanto o referido parecer não foi aprovado pelos demais membros desta Comissão, tendo em vista Requerimento apresentado pelo Senhor Deputado João C. Fadel, a fim de que o mesmo fosse apreciado e posteriormente convertido em diligência Requerimento aprovado, na Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

aa) Quielise C. da Silva — Presidente

Teresinha B. Moura e Claro — Secretária

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### 7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 13.a REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala das Reuniões, às 14,30 (quatorze e trinta) horas, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Senhor Deputado Quielise C. da Silva e contando com as presenças dos Senhores Deputados Gilberto Carvalho, João C. Fadel, Álvaro Dias e Francisco Escorsin. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: — PROJETO DE LEI N.º 188-73 — de autoria do Senhor Deputado Aryzone Araújo, que cria o Município de Nova Prata desmembrado do Município de Salto do Lontra, com sede e divisas que especifica e dá outras providências. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer pela devolução ao Autor, para que o complete, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 230-73 — de autoria do Senhor Deputado Gabriel Manoel, que dispõe sobre a anistia das multas à Fazenda Estadual, Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE LEI N.º 248-73 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 89-73, encaminhando anteprojeto de lei que visa regulamentar a norma constitucional constante do artigo n.º 148 da Constituição Estadual. Relator Senhor Deputado João C. Fadel, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 73-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 248-73 — Aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Mirador e Santa Helena, objetivando a implantação de complexos de radiocomunicação de fonia e telegrafia nos referidos Municípios. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 75-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 250-73 — Aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Floresta, Ivai, Kaloré e Palmeira, objetivando o fornecimento de equipamentos às Delegacias de Polícia locais, mediante aplicação de dotações e verbas que especifica. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 76-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — Ex-Proposição n.º 251-73, aprova Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando desenvolver atividades de defesa sanitária no Estado. Relator Senhor Deputado Francisco Escorsin, parecer favorável — aprovado. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar eu Teresinha B. de Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.

a) Quielise C. da Silva — Presidente

Teresinha B. de Moura e Claro — Secretária